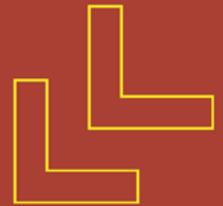


# TEMPO DE AGIR!



TEMPO DE AGIR I VENCER O FUTURO

PROGRAMA POLÍTICO

2020/2022



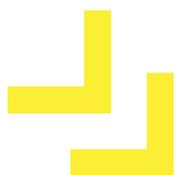
VENCER O  
FUTURO



JUVENTUDE  
SOCIALISTA



# VENCER O FUTURO



## índice

---

- 01** AGIR PELO NOSSO TEMPO
  - 02** CRISE ECONÓMICA E SOCIAL
  - 03** EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR
  - 04** CRISE CLIMÁTICA
  - 05** CRISE DA DEMOCRACIA
  - 06** SAÚDE MENTAL
  - 07** IGUALDADE E DIREITOS
  - 08** TRANSIÇÃO DIGITAL
  - 09** COESÃO TERRITORIAL
  - 10** PODER LOCAL
  - 11** RELAÇÕES INTERNACIONAIS
  - 12** ASSOCIATIVISMO & POLÍTICAS DE JUVENTUDE
  - 13** CULTURA
  - 14** VALORIZAR O DESPORTO
-

01

# AGIR PELO NOSSO TEMPO

“Agir pelo nosso tempo” é um mote geracional mas sobretudo de urgência para com as crises da nossa geração. Crises que assumem um caráter transversal sem idade, sem identidade e sem região. Somos jovens ativistas empenhados numa reflexão profunda sobre o papel da juventude no desenvolvimento da sociedade e as oportunidades para construir um futuro digno e sustentável.

O programa político que agora se apresenta integra a **Moção Global de Estratégia**, numa nova organização das ideias que propomos e que antecipa o espírito das Moções de Resolução Política. Este novo instrumento - proposto em sede de revisão estatutária - permite aos delegados ao Congresso Nacional da JS apresentar as suas próprias propostas de Moção e ainda propostas de alteração a moções entregues, que passarão assim a constituir vinculativamente a orientação política da JS, valorizando a participação e o pluralismo na construção da ação política da Juventude Socialista.

Este documento define para cada uma das dimensões temáticas o conjunto de desafios e problemas identificados, assim como as políticas públicas que defendemos para corporizar as respostas fundamentais. Desafios e respostas implicam, naturalmente, objetivos concretos que ilustrarão também o caminho que desenvolveremos no trilho de cada tema.

O nosso compromisso é intergeracional e as respostas que desenvolvemos sustentam a nossa visão de futuro para uma sociedade progressista, resiliente e sustentável. “Agir pelo nosso tempo” é reconhecer as dificuldades que a nossa geração enfrenta em diversas dimensões da sua vida. Nestas dimensões podemos destacar a habitação e o trabalho enquanto barreiras que frequentemente limitam sonhos e para as quais atribuímos especial prioridade. A dignidade da habitação e do trabalho constituem objetivos fundamentais e relativamente aos quais se exige uma profunda intervenção do Estado, num caminho de desenvolvimento da oferta pública de

# VENCER O FUTURO



habitação e de garantia do equilíbrio e justiça das relações laborais.

Mais do que nunca reconhece-se a importância do **Estado Social** enquanto instrumento fundamental para garantir as respostas globais que a atualidade exige, sem deixar ninguém para trás. O aprofundamento do seu papel implica o desenvolvimento das suas funções fundamentais no domínios económico, social e dos rendimentos. Inevitavelmente, associado a esta dimensão, está o sistema público de Segurança Social. Após um trajeto de reequilíbrio e consolidação financeira, fruto do momento inesperado que vivemos, o sistema Segurança Social enfrenta profundas pressões que exigem novas fontes de financiamento capazes de garantir a sua sustentabilidade e o futuro de todos quantos para ele contribuem.

Enquanto jovens que projetam o futuro e exigem o progresso, consideramos que também a **educação** exerce um papel fundamental para a construção social. Apontamos um olhar sobre a educação que não se esgota nas aprendizagens formais mas valoriza cada vez mais os processos de transformação e construção pessoal, as relações entre pares e a igualdade de oportunidades.

Somos porventura a primeira geração a enfrentar de forma severa e direta uma crise climática. Uma crise intergeracional e sem

rostro que urge travar, numa clara necessidade de devolver ao planeta a sua sustentabilidade e à espécie humana a possibilidade de continuar a viver. Exigem-se metas cada vez mais ambiciosas que nos permitam recuperar décadas consecutivas de agressões ao planeta e que evidenciem uma transição justa para uma economia de neutralidade climática.

Uma sociedade progressista assenta também em princípios concretos de informação livre e transparente, onde o combate à desinformação e às fake news constitua prioridade. Os fenómenos de desinformação constituem hoje um dos mais sérios atentados à democracia, considerando a facilidade com que se produz e veicula conteúdos sem qualquer escrutínio. Para garantir uma democracia sã e sustentada em princípios de igualdade, liberdade e fraternidade importa também recuperar a identidade e confiança das instituições democráticas, combatendo a corrupção e potenciando ferramentas participativas de envolvimento dos cidadãos na decisão sobre a coisa pública.

Durante décadas estigmatizou-se a **saúde mental** e construímos uma sociedade que colocou repetidas barreiras às respostas para a saúde mental e ao apoio aos que com elas sofrem. O momento que vivemos veio enfatizar a urgência de encarar a saúde mental como prioridade: investir na capacidade de intervenção e resposta para a saúde mental



e destruir os mitos deste, apostando para isso na informação e educação contra o preconceito. Também na dimensão do preconceito e da importância de desconstruir narrativas instaladas, estão os direitos e a igualdade. Estamos profundamente comprometidos com a luta contra as desigualdades e a promoção das liberdades individuais. Nascermos iguais em liberdade, em igualdade e em direitos e nenhuma opção individual pode determinar a interrupção destes princípios, quanto mais o nosso género, orientação sexual, etnia ou incapacidade.gualdade

Na era da digitalização não somos alheios à importância de assegurar uma **transição digital justa** e equilibrada que considere as vantagens de introduzir as ferramentas digitais em inúmeros processos de aprendizagem e trabalho. Simultaneamente importa também relevar a dimensão de reconversão e requalificação profissionais sustentados sobretudo em processos de aprendizagem ao longo da vida que garantam processos de transformação equilibrados e sustentáveis.

Apesar dos muitos pontos de convergência, as necessidades e problemáticas de cada território assumem especificidades às quais somos particularmente sensíveis e atentos. Neste contexto destacamos a importância de observar o desenvolvimento do país como um todo e não como um conjunto de unidades, **defendendo um verdadeiro processo de**

**regionalização.** Importa valorizar as vocações dos territórios e capitalizar as suas relações em favor de um desenvolvimento comum e transversal. Nesta mesma dimensão concorrem as características identitárias das autarquias locais. O **poder local** encontra-se porventura num dos momentos mais desafiantes e disruptivos da sua história: um profundo processo de assunção de novas competências tradicionalmente na esfera da Administração Central a par do combate a uma crise pandémica sem precedentes. As autarquias locais, enquanto interlocutores privilegiados e de primeira linha no contacto com a população, são hoje instituições cada vez mais complexas e responsáveis; é portanto momento e oportunidade de rever aspetos fundamentais do seu funcionamento nomeadamente ao nível da sua organização e das competências e funcionamento dos órgãos autárquicos.

Volvidos perto de trinta e cinco anos da adesão à então CEE **importa recuperar muitos dos valores da construção europeia**, sobretudo naquilo que à solidariedade diz respeito. As relações com a União Europeia e com o Mundo dependem não só das instituições mas também dos cidadãos e do reforço do seu compromisso para com as relações internacionais. País de fortes tradições de mobilidade, importa colocar Portugal na frente da defesa dos valores europeístas, dos direitos humanos e da lusofonia.



Uma sociedade democrática evidencia e estimula também **os movimentos associativos enquanto veículos fundamentais de aprendizagem, representação e construção social**. Evidenciamos, por isso, o papel que o associativismo desempenha - nomeadamente para os jovens - e que importa não só preservar como desenvolver, proporcionando aos dirigentes associativos mais e melhores condições de participação e desenvolvendo os mecanismos de participação e colaboração do movimento associativo.

**Entendemos a cultura como pedra basilar da sociedade** e enquanto importante veículo de liberdade e desenvolvimento social. Dimensão muita vezes deixada em plano inferior, a cultura constitui para nós absoluta prioridade e releva importantes dimensões do ser humano. É neste sentido que olhamos a cultura enquanto elemento transversal e de destaque na sociedade, devolvendo-lhe a nossa história, o presente e o futuro. Importa, por isso, construir um novo paradigma para a cultura que valorize não só os agentes culturais, assim como crie incentivos para a disseminação da cultura em condições de igualdade para todos e todas.

Todas as dimensões são exigentes e prioritárias. Poderíamos identificar problemas e não apresentar respostas. Nesse caso estaríamos a demitir-nos do nosso papel de

construção de uma sociedade baseada na justiça e na igualdade. Somos jovens ativistas, lutamos pelo progresso, identificamos problemas, apresentamos resposta e meios de concretização: queremos “Agir pelo nosso tempo”.

02



# CRISE ECONÓMICA E SOCIAL



## HABITAÇÃO

Parafraseando Sérgio Godinho, *“Só há liberdade a sério quando houver. A paz, o pão, habitação saúde, educação”*. Se assim é, podemos admitir que o Estado Social Português representa um desígnio inacabado para todos os socialistas, onde a construção de uma política pública de habitação tem que constituir uma resposta social destinada a todos os jovens que se vêm impossibilitados de comprar ou uma casa em face da especulação imobiliária, adiando sucessivamente a sua emancipação.

Por isso, exige-se mais investimento do Estado na construção de habitação pública, uma vez que Portugal é um dos países europeus onde a habitação pública é das menos representativas do mercado habitacional e onde a despesa pública com a habitação é inferior a 1% do PIB, em comparação com países como a Holanda, Suécia e Reino Unido que gastam mais de 3% do PIB em habitação.

## HABITAÇÃO PÚBLICA

A Juventude Socialista defende o aumento da habitação pública em Portugal, seja através da construção ou da aquisição, sendo certo que o importante é que o Estado seja proprietário de mais habitação digna e de qualidade em todo o país.

Mais recentemente, o Partido Socialista inscreveu no Plano de Recuperação e Resiliência a previsão do maior investimento de sempre na área da habitação, correspondente a 1/6 do pacote financeiro, destinado em 64% ao aumento da oferta habitacional pública e em 36% à reabilitação do parque habitacional existente. É fundamental garantir que parte seja destinado ao aumento de habitação destinada a jovens.

A Juventude Socialista identifica como **principais vantagens** económicas da Habitação Pública **a independência da volatilidade dos preços de mercado e da especulação imobiliária ao longo do tempo.**

# VENCER O FUTURO



### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Duplicar a meta do governo de 5% para 10% de oferta pública de habitação, sendo que na atualidade ronda os 2% do parque habitacional total.
- » **Penalizar progressivamente os proprietários de imóveis devolutos, em ruínas e embargados**, especialmente os que se encontram em centros históricos e urbanos, através de políticas fiscais que tenham em conta o valor total do património imobiliário de cada um, impedindo a concentração excessiva de património nas mãos de alguns proprietários, bem como a retenção de património especulativo.
- » Promover um debate sobre os **prazos de usucapião** para habitação de imóveis devolutos.

### **HABITAÇÃO ESTUDANTIL**

O Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior prevê o reforço da disponibilização de alojamentos para estudantes do ensino superior em todo o país, através de residências, pousadas da juventude, alojamentos locais e hotéis, aumentando em 2020

a oferta em 16% face ao ano anterior, isto é, passando de 15.965 camas disponíveis para 18.455 camas.

Para o Observatório do Alojamento Estudantil, este aumento não se concretizou na forma de alojamento em residências, que aliás teve de reduzir de 15.073 para 12.855 camas para cumprir com as medidas de prevenção da pandemia estipuladas pelas autoridades de saúde, mas sim por via da disponibilização de camas através de parcerias com instituições privadas e autarquias, passando de 892 para 1.100 camas, e ainda através de uma alternativa que permitiu disponibilizar cerca de 4.500 camas em unidades hoteleiras e de alojamento local.

Sobre a situação de alojamento a estudantes bolseiros durante o ano letivo 2020-2021, segundo o inquérito promovido pela Direção-Geral do Ensino Superior, 84,17% dos estudantes bolseiros candidataram-se ao alojamento em residência de estudantes, sendo que 24,94% dos candidatos ficaram excluídos. Dos dados disponibilizados pelo Observatório, constata-se que apenas 1323 camas foram aumentadas em 2020, muito aquém das 2492 previstas no ano passado.

Em suma, o conjunto de respostas tem sido manifestamente insuficientes para as necessidades de alojamento dos estudantes do



ensino superior – apenas 63,18% que o almejavam ficaram alojados.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Aumentar o número de alojamentos para estudantes, ampliando, construindo novas residências ou reabilitando o seu património, e que **garanta até 2030 um quarto numa residência todos os estudantes deslocados** que o desejem **bem como a todos os estudantes do 1ª ciclo do ensino superior do primeiro ano.**
- » Promover um programa participativo de promoção de condições sanitárias, luta contra a estigmatização destes espaços, prevenção da saúde mental dos seus ocupantes, incremento de dinâmicas sociais, melhoria de fatores ambientais, desenho do espaço público para que sejam seguros e inclusivos, eficiência energética e melhoria das condições de construção existentes e da qualidade de vida dos estudantes que nestes espaços residem.
- » Criar um programa “Alojamento Acessível para Estudantes do Ensino Superior”, através do qual o Estado arrende habitações e alojamentos locais para posterior colocação em

subarrendamento para estudantes do Ensino Superior, a um preço 20% inferior ao praticado na média do município em referência, para estudantes deslocados.

- » Desenvolver uma **parceria com setor da hotelaria**, com o objetivo de responder no curto prazo às necessidades de alojamentos para estudantes.
- » Concretizar o reforço da habitação estudantil também através do desenvolvimento de um **Programa Nacional de Habitação Cooperativa para Estudantes**, devendo, ainda assim, ser colocado em segundo plano relativamente às políticas de construção e requalificação de novas Residências para Estudantes do Ensino Superior. Este programa teria recurso a um Fundo de financiamento constituído com apoios do Estado, de investidores e cooperantes.

### **HABITAÇÃO PARA JOVENS**

Com a regulamentação da “Lei de Bases da Habitação”, publicada em setembro de 2020, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) passou a ter novas competências importantes para não só proceder ao inventário do património do Estado que possua aptidão para uso habitacional, mas também para gerir uma bolsa de imóveis



criada com o intuito de aumentar a oferta pública de habitação disponibilizando-a a custos acessíveis.

Um dos problemas do acesso à habitação por parte dos jovens prende-se pela falta de habitação acessível, isto é, o problema não é falta de habitação (entre 1991 e 2015, o número de famílias cresceu 22%, o número de habitações 32% e existem em Portugal mais de 700 mil fogos devolutos), **o problema é de muitos estarem desocupados, degradados, mal localizados e a preços proibitivos.**

Ao contrário da anterior crise financeira, o preço da habitação tem aumentado, tendo-se registado uma subida de 7,8% em Portugal, comparativamente ao ano passado, o quinto maior aumento em toda a União Europeia (e claramente acima da média). O setor da construção nunca parou, continuando o mercado imobiliário dinâmico. Contribuiu para isso a recente injeção de liquidez no mercado pelo Banco Central Europeu, as taxas de juros historicamente baixas, o regime simplificado de *lay-off* que salvou milhares de pessoas do desemprego e as recentes “*moratórias de crédito*” à habitação.

A situação que temos é inversa ao que tínhamos durante o 25 de Abril: 46% da habitação era arrendada e 54% própria; hoje, 25% é arrendada e 75% própria. Para além do fenómeno de falta de habitação para arrendamento, é

preciso sublinhar que destes 75% que vivem em habitação própria, metade está a pagar uma prestação ao banco – algo que é muito relevante, visto que se multiplicou por seis o endividamento das famílias para garantir o acesso à habitação.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Criação de uma Bolsa de Imóveis para Jovens** que identifique e mobilize esse património do Estado para que seja reconvertido em Alojamentos para Estudantes e em Arrendamento Acessível para Jovens. No caso de Estudantes, defendemos o Arrendamento em 20% abaixo do valor praticado na média do Município de referência e, no caso dos restantes jovens, que adicionalmente a taxa de esforço com os encargos da habitação não ultrapasse os 30%.
- » **Majoração dos índices de construção bruta em 0,2%** e redução de encargos urbanísticos, **quando no mínimo 20% da construção seja alocada ao Arrendamento Acessível** a longo prazo ou a habitação social e no mínimo 10% colocado mercado de compra e venda seja destinado a jovens compradores.
- » **Reforma do Programa “Porta 65 Jovem”** para que este garanta apoio a todos os



candidatos que cumprirem critérios de elegibilidade, em vez da atual lotaria em que uma vasta maioria de candidatos fica de fora;

- » **Isenção de IMI e imposto de selo para a área construída** das frações autónomas de edifícios em propriedade horizontal que seja alocada no mercado de arrendamento acessível de longa duração e que se destine a jovens com menos de 35 anos.
- » Implementação de um **mecanismo de Garantia Mútua Pública**, em que o Estado assume a garantia bancária na conceção de crédito à habitação a jovens, o que lhes permitirá ter acesso a melhores condições de financiamento bancário e compra de habitação própria e permanente.
- » **Isenção de IMI a Jovens** na aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma até 250.000€ do seu valor de compra, nos primeiros 5 anos e até ao limite dos 35 anos de idade, quando destinado a habitação própria e permanente, permitindo assim constituir uma “almofada” financeira para apoiar a emancipação jovem
- » **Isenção de IMT e Imposto de Selo na compra da primeira habitação**, para garantir que não somos apenas uma

geração de arrendatários mas de proprietários, com plena emancipação.

- » **Representação Jovem no Conselho Nacional da Habitação e nos Conselhos Locais de Habitação** que tem como missão propor medidas e apresentar sugestões ao Governo e emitir pareceres quer sobre o Relatório Anual da Habitação, quer sobre a proposta do Plano Nacional de Habitação, que tem uma validade até 6 anos e que o Governo deve propor ao Parlamento.
- » **Implementação da Autoridade para as Condições do Arrendamento** no seio do IHRU, que, em parceria com as autarquias locais, funcionará como mecanismo fiscalizador de condições de habitabilidade e contra o arrendamento e subarrendamento encapotado.

## TRABALHO

O Trabalho Digno é um dos grandes eixos da emancipação dos jovens e um dos principais problemas para o Socialismo Democrático uma vez que é por natureza um dos grandes potencializadores da distribuição da riqueza consequente liberdade de todos os cidadãos.

O crescimento da economia digital e das plataformas de serviços levaram a “uberização” do trabalho transformando trabalhadores



em colaboradores despedidos dos tradicionais direitos consagrados. Esta evolução nas relações de trabalho e atual conjuntura crítica da pandemia da covid-19 resultaram numa atomização dos trabalhadores, precariedade laboral, desequilíbrio nas relações entre empregadores e trabalhadores, redução de rendimentos, diminuição da estabilidade e certeza das famílias e jovens.

**A Juventude Socialista recusa que a dignidade do trabalho dependa de uma lógica de mercado.** Assumindo a luta por mais e melhor trabalho para todos, através da redução do desemprego jovem, aumento da justiça e democracia das empresas, combate à precariedade, reforço da ação e participação no sindicalismo e a justa distribuição da riqueza no seio das empresas para assegurar uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos.

### **Trabalho Digno de Qualidade para Todos**

Em Portugal trabalha-se em média 41 horas por semana, ou 1797 horas por ano, mais 77 horas que a média da união europeia. A Juventude Socialista rejeita a ideia de correlação entre horas de trabalho e produtividade, uma vez que diminui a conciliação entre vida profissional e pessoal e diminui os tempos de descanso dos trabalhadores.

O Programa de Regularização dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP) foi uma grande conquista do Partido Socialista, conseguindo a regularização de mais de 21.000 trabalhadores em condição precária. No entanto o problema que este programa veio resolver não foi ainda concluído, sendo que no final 2019 ainda existiam 10,6% de funcionários públicos com contratos a prazo.

Outra questão cada vez mais presente com a pandemia Covid19 é o regime de teletrabalho que levanta uma série de problemas associados à falta de sociabilidade dos trabalhadores que poderá fazer caminhar para uma sociedade atomista e individualista, dificultar o cumprimento e fiscalização das regras de saúde e segurança do trabalho devido à deslocalização dos trabalhadores do local de trabalho do seu empregador e os custos acrescidos de eletricidade, água e outras despesas que irão correr por conta do trabalhador. Por fim coloca ainda mais dificuldades ao **Direito a Desligar** e à conciliação entre vida profissional e pessoal.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Expansão do limite de 35 horas semanais de trabalho**, permitindo a harmonização entre o sector público e privado, através da atribuição aos trabalhadores do sector



privado dos mesmos direitos em matéria de tempo de trabalho, reduzindo as narrativas de oposição entre os dois setores, que contêm o nivelamento por baixo.

- » Constituição de um grupo de trabalho coordenado pelo Secretariado Nacional para **estudar a viabilidade de uma redução do número de horas semanais de trabalho**, com vista a avaliar as suas implicações produtivas, económicas e sociais.
- » **Reforço dos poderes executivos da ACT**, através da transferência de poderes sancionatórios que permitam à ACT prosseguir uma inspeção consequente à semelhança de outros organismos públicos como a ASAE e a AT.
- » **Criação de uma Linha de Apoio ao Jovem Trabalhador específica no seio da ACT**, para que um jovem trabalhador que inicia a sua vida profissional saiba como atuar perante um contexto laboral desconfortável e a quem se dirigir sem medo de perder o emprego.
- » Implementação de uma **taxa extraordinária** sobre empresas com taxas de elevadas rotatividade irá criar menores incentivos à sua atividade e **constituir uma forma de financiamento direto da ACT, através de consignação das receitas públicas resultantes da taxa proposta, à semelhança do que acontece a taxa audiovisual consignada à RTP.**
- » **Criação de uma presunção de contrato de trabalho de natureza ilidível específica para os trabalhadores destas plataformas**, de forma a garantir o justo cumprimento do código do trabalho, salvaguardando as posições económicas dos verdadeiros prestadores de serviço.
- » **Promoção da criação de locais de *coworking***, de forma a mitigar os seus desafios e a ausência de sociabilidade, a consagração expressa que qualquer tarefa realizada fora do horário normal de trabalho seja contada como hora extraordinária e por consequência terá que ser remunerada com tal, a criação de mecanismos digitais que impeçam o trabalho dentro do seio da empresa quando não forem previstas horas extraordinárias e criação de subsídios adicionais compensatórios pelo trabalho realizado em casa, de forma a mitigar os custos físicos e psicológicos associados ao trabalho digital sem as respetivas condições de trabalho.
- » **Aumento do tempo mínimo de férias de 22 para 25 dias úteis**, de forma a garantir maior tempo de descanso ao trabalhador, salvaguardando-lhe mais tempo de lazer, enquanto valor comunitário e económico do próprio trabalhador.



- » Criação de um índice de qualidade laboral que meça não apenas os salários, mas as condições de trabalho na sua globalidade, e
- » Estudar a introdução como fator preferencial na contratação pública ou no acesso a apoio o grau de qualidade laboral da empresa adjudicatária, com o objetivo de gerar estímulos para que as empresas contratantes melhorarem as condições dos trabalhadores.
- » Criação de uma unidade partilhada entre a ACT, o SEF e as forças de segurança especificamente para combater a escravatura moderna, que em 2018 foi avaliado como tendo em Portugal 26 mil trabalhadores nessa condição.
- » Isenção da taxa de justiça a todos os trabalhadores com baixos rendimentos, para que a sua posição seja equiparada aos trabalhadores, gestores e empregadores com rendimentos mais elevados.
- » Revisão do regime de despedimento por inadaptação, por forma a diminuir a sua subjetividade e arbitrariedade. Este regime prevê a cessação do contrato de trabalho por parte do empregador fundamentada em inadaptação superveniente do trabalhador ao posto de trabalho (art. n.º 373 do Código do Trabalho).

### Pela democratização das empresas

A construção da social democracia não estará completa enquanto não tivermos também uma democracia económica. Para isso é fundamental caminhar no sentido da democratização da organização empresarial. O setor das cooperativas ainda que não tenha fins lucrativos constitui um idóneo modelo económico alternativo ao modelo empresarial que assenta em lógicas de distribuição mais equitativas que o modelo empresarial, e com modelo de gestão menos rígidos e hierarquizados.

Segundo um estudo do INE sobre este sector económico em 2018 existiam 2012 cooperativas que empregavam 25.086 trabalhadores, apesar do decréscimo ao longo dos anos, estas não deixem de representar um legítimo modelo económico diferente presente, base com os valores da cooperação ao invés da competição e da concorrência.

Propomos o desenvolvimento de programas de formação profissional da direção de topo da cooperativa, uma vez que em 2018 apenas 40% tinham formação superior, a atribuição de benefícios fiscais de forma a incentivar a criação de mais cooperativas e a criação de linhas de financiamento acessíveis para a capitalização das cooperativas já existentes, e facilitação da criação de novas.



Constituindo, ainda assim, as cooperativas uma pequena parte do universo empresarial português, urge promover a adoção de normas de aplicação geral para reforçar a participação dos trabalhadores na administração e nos proveitos das empresas.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Defender o princípio de acesso dos trabalhadores à partilha de lucros das empresas.
- » Criação de uma quota social atípica de 5%, detida pela totalidade dos trabalhadores com determinado tempo de serviço e de natureza inalienável.
- » Promoção do direito de preferência dos trabalhadores na aquisição de participações sociais das empresas em caso de venda.
- » Garantia da participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração das médias e grandes empresas, prática existente em mais de dez países europeus.
- » Alteração do critério de deliberações para a constituição das comissões de trabalhadores, assumindo a sua existência por defeito, e procedendo-se apenas à eleição dos seus representantes.

### **Salários Justos e Mais e Melhor Sindicalismo**

Em 2018 os presidentes de empresas do PSI-20 ganhavam em média 46 vezes mais que o salário médio dos seus trabalhadores, número que aumentou significativamente em comparação com a diferença de 33 vezes, registada em 2014. Consideramos que este valor é excessivo, perpetuador de desigualdades no seio empresarial e assume um critério de sobrevalorização dos cargos de gestão em relação às restantes funções na empresa.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Fixação do salário mínimo por empresa, que assegura até 2030 nenhum trabalhador receberá menos que 1/20 que os gestores de topo para todas as empresas do PSI20.
- » Assegurar a subida contínua e ininterrupta do Salário Mínimo Nacional (SMN), acima da inflação, até 2030.
- » Estudo da viabilidade de indexação de remunerações ao SMN, para que aumentos ao SMN se preconizem em aumentos para todos os trabalhadores das carreiras baixas e intermédias, evitando que a subida do primeiro possa resultar na redução da diferença salarial entre diferentes categorias profissionais.



- » **Promoção de criação de comissões de jovens trabalhadores constituídas pelos próprios associados com idade inferior a 35 anos**, garantindo voz ativa dos membros mais jovens da respetiva representação profissional, como os estagiários, e para que se possa estabelecer uma ponte entre a realidade do Ensino Superior e a entrada para o mercado de trabalho.
- » **Definir a sindicalismo por defeito do trabalhador, com opção de opt-out**, prestando a todos os trabalhadores no momento de admissão informação sobre as diversas opções de associação sindical.
- » **Dedução em 200% das quotas sindicais em sede de IRS e IRC**, como incentivo económico à sindicalização.
- » Promoção do contacto direto com jovens operários, das indústrias, dos grandes superfícies comerciais e das grandes cadeias de restauração, como o fast-food.
- » Aumento do valor pago pelos estágios do IEFP, bem como a introdução de uma diferença efetiva entre os valores pagos em estágios para licenciados, mestres ou doutorados, valorizando a prossecução dos estudos de cada um.
- » Rejeição da obrigatoriedade da contribuição para a caixa de providência (CPAS) durante o período de estágio.
- » Assegurar o fim dos estágios não remunerados.
- » Debate sobre a alteração do atual período experimental de 180 dias para 90 dias nos trabalhos não especializados.

### **Emprego Jovem**

É urgente que a Juventude Socialista procure uma aproximação a todos os jovens sem exceção, como os jovens agricultores, jovens operários e trabalhadores do retalho que possuindo laços contratuais frágeis, se vêm confrontados com uma situação de permanente precariedade, de contrato em contrato temporário ou até a recibos verdes.

**NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

### **Liberdade de acesso à profissão**

Atualmente, verifica-se uma tendência para limitar e dificultar o acesso aos profissionais do sistema de justiça, seja mediante a imposição de condicionantes económico-financeiras, seja através de uma desadequada exigência dos resultados. Em paralelo, verifica-se que, tendencialmente, estas profissões não coordenam a formação prestada aos seus profissionais, pelo que importa promover a sua coordenação em termos formativos.

VENCER O FUTURO



Entendemos que é necessário impedir práticas que limitem ou dificultem o acesso às profissões reguladas, em consonância com as recomendações da OCDE e da Autoridade da Concorrência.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Garantia de uma efetiva liberdade de acesso à profissão, nomeadamente repensando o processo de agregação da Ordem dos Advogados, bem como o processo de acesso ao CEJ (Centro de Estudos Judiciários);

### **Liberdade de acesso à profissão**

Atualmente, verifica-se uma tendência para limitar e dificultar o acesso dos profissionais a determinadas profissões ou atividades reguladas por Ordens Profissionais, seja mediante a imposição de condicionantes económico-financeiras, seja através de uma desadequada exigência dos resultados. Em paralelo, verifica-se que, tendencialmente, muitas destas Ordens Profissionais limitam a sua entrada com a imposição desproporcional de vagas que criam reservas de mercado e condicionam injustificadamente a oferta para estas áreas.

Entendemos que é necessário impedir práticas que limitem ou dificultem o acesso às profissões reguladas, em consonância com

as recomendações da OCDE e da Autoridade da Concorrência.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Garantia de uma efetiva liberdade de acesso à profissão, nomeadamente repensando o processo de inscrição nas Ordens Profissionais, designadamente no que respeita ao exame de agregação da Ordem dos Advogados;
- » Evitar a dupla certificação de competências académicas no âmbito dos processos de acesso às profissões reguladas pelas Ordens Profissionais, que já participam, elas próprias, nos processos de acreditação e avaliação da formação académica que exigem para o seu ingresso.
- » Promover a obrigatoriedade de estágios remunerados nas formações dadas pelas Ordens Profissionais.
- » Promover um eficiente, célere e justo reconhecimento de qualificações dos profissionais formados noutros países que pretendam exercer a sua profissão em Portugal, combatendo qualquer barreira injustificada que impeça estes cidadãos de se realizarem profissionalmente no nosso país;



## ESTADO SOCIAL & INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

O momento desafiante que Portugal e o Mundo atravessam impõe uma resposta Progressista e de Esquerda que assenta nos cânones keynesianos e encontram no Socialismo Democrático a materialização política de um modelo económico baseado na justiça liberdade e igualdade.

Para que o Estado Social – maior conquista de 46 anos de Democracia – responda a todos de forma justa, equitativa e sustentada impõe-se a concretização de um política económica expansionista e contra cíclica, que permita alavancar a procura agregada através do aumento dos rendimentos, fazer reformas estruturais através da conclusão do desenvolvimento do nosso Estado Social que até aos dias de hoje se ausentou da provisão de uma resposta pública na Infância e na Velhice, concretizar investimento público nos setores mais produtivos e estratégicos para o interesse nacional e salvaguardar o maior legado de António Arnaut – o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Para a concretização desta política expansionista que em primeira linha assegura uma resposta urgente e necessário no combate à pandemia e numa segunda linha responda de forma robusta à consequente Crise Económica e Social, defendemos o aumento dos rendimentos das famílias, o

alargamento das respostas sociais, o relançamento da Economia e o robustecimento do SNS.

### Proteger os Rendimentos

Os rendimentos dos portugueses são muito baixos e muitos trabalhadores não conseguem sair do limiar da pobreza. É preciso um aumento dos rendimentos das famílias de uma forma transversal como uma medida de estímulo à procura agregada da economia portuguesa.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » **Revolução fiscal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)** de modo a garantir uma maior progressividade e justiça social, nomeadamente através de:
  - **Englobamento dos rendimentos prediais e de capitais** garantindo que ninguém que viva exclusivamente do capital pague menos impostos do que um trabalhador.
  - **Coletas negativas**, como na maioria dos países da OCDE, para permitir às famílias com baixos rendimentos beneficiar das deduções à coleta;



- Transformação do mínimo de existências e a dedução específica em deduções à coleta, reforçando assim a sua progressividade;
  - Minimizar as situações de perda de rendimento líquido com aumentos de rendimento brutos, através da adoção de um sistema de taxas marginais por escalões na retenção na fonte;
  - Criação de um escalão intermédio de IRS, essencial para assegurar maior justiça social ao nosso sistema fiscal e para garantir que as famílias portuguesas com rendimentos médios não vivem asfixiadas por uma carga fiscal desproporcional ao seu nível de vida.
- » **Alargamento da medida IRS Jovem contemplada no Orçamento de Estado de 2020** a todos os jovens até aos 30 anos e a todos aqueles que tenham concluído as suas formações académicas nos últimos dois anos.

### **Economia com Mais e Melhor Estado**

A resposta à Crise Económica e Social deve ter o Estado como principal promotor do relançamento da economia portuguesa, aproveitando esta oportunidade para repensar os setores estratégicos nacionais que devem ser geridos pelo Estado.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Investimento público criterioso e seletivo**, que não coloque em causa as contas públicas, nomeadamente a sustentabilidade da dívida pública a médio e longo prazo, mas que garanta eficiência e proporcionalidade na resposta pública. Nesse sentido, a articulação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) na orientação rápida e transparente dos fundos comunitários para estes territórios é fundamental.
- » **Apostar na Investigação e Desenvolvimento (I&D)**, o que é fundamental de modo a proporcionar conhecimento tecnológico, que consolide a aposta do país no desenvolvimento de indústrias de elevado valor acrescentado que possam estar ao nível das conferências mundiais de promoção do empreendedorismo, como a Web Summit, realizada anualmente em Lisboa.
- » **Assegurar o cumprimento de obrigações de serviço público mais exigentes por parte da RNE - Rede Nacional de Expressos nas ligações intrarregionais e inter-regionais**, estudando a possibilidade da sua nacionalização ou de uma participação pública qualificada.

# VENCER O FUTURO



- » O resgate para mãos públicas no final da concessão dos sistemas de distribuição em baixa e média tensão, como garantia no acesso à energia a todo o território nacional.
- » Reforço da intervenção do Estado nos CTT, seja por via da renacionalização do Grupo CTT, ou através de uma participação qualificada do Estado na estrutura acionista do mesmo.

## SISTEMA PÚBLICO DE SEGURANÇA SOCIAL

O Sistema de Segurança Social em Portugal concretiza-se num modelo de financiamento de pay-as-you-go, pelo que a totalidade da despesa da Segurança Social é financiada através das contribuições mensais dos trabalhadores e das empresas.

Na atualidade, Portugal enfrenta um problema sério e que não pode ser secundarizado. Apresentamos índices de envelhecimento e dependência de idosos da nossa população cada vez mais elevados e registamos um dos índices de fecundidade mais baixos da Europa. Este paradigma terá como síntese um desequilíbrio orçamental do Sistema de Segurança Social a médio e longo prazo, se outras formas de financiamento deste subsistema do Estado não forem equacionadas ou se nada for feito para responder à crise demográfica que enfrentamos, através do desenvolvimento de um sistema de incentivos

à natalidade e conseqüentemente, à expansão da população ativa

### PARA REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » Aprofundar a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social através do aumento da contribuição social a incidir sobre o rendimento empresarial e a propriedade, bem como contribuições em organizações com elevadas taxas de rotatividade;

### **Alargar e criar respostas sociais públicas**

Para responder à crise demográfica e à reduzida taxa de natalidade que Portugal regista, onde todos os estudos indicam que os portugueses gostariam de ter mais filhos do que aqueles que realmente têm.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » A provisão pública na infância, através de construção de uma rede de creches públicas, geridas pela administração central, regional ou local, à semelhança da rede de ensino pré-escolar desenvolvida e reforçada com a reforma de 1997 realizado no Governo liderado pelo camarada António Guterres, tendo agora como meta a universalidade e gratuidade até 2030.



- » **Aprovisão pública na velhice**, seja através da criação de uma **rede pública de estabelecimentos residenciais para idosos** que combata a subsidiopendência das entidades privadas e de solidariedade social que muitas vezes prestam um serviço desregulado e de má qualidade, seja através do reforço e alargamento da rede de cuidados continuados de natureza pública ou provisionada pelo setor social e co-financiada pelo Estado.
- » Reforço das equipas multidisciplinares e dos poderes de fiscalização dos Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, que garanta a este organismo desconcentrado da Administração Pública capacidades de reforçar o seu papel fiscalizador, em proximidade com as respostas sociais, na garantia do bem-estar dos utentes e na salvaguarda pela dignidade humana.
- » Promoção de um **serviço de pequenos-almoços escolares** confeccionados e servidos nas cantinas escolares, gratuitos para os escalões A e B de rendimentos e pago por um valor justo para o escalão C, combatendo-se por essa via possíveis exclusões e estigmas sociais.

### **Fortalecer o Serviço Nacional de Saúde**

O contexto atual leva-nos a salientar a importância daquela que foi a maior vitória

da Governação Socialista e da Democracia – o Serviço Nacional de Saúde (SNS). O SNS coloca-nos a todos na igualdade perante a doença, podendo esperar receber cuidados de saúde como direito independentemente da condição social de cada um.

Nos últimos anos, o SNS tem recuperado dentro de fortes constrangimentos que resultam das carências criadas até 2015 e da forte concorrência do setor privado. Apesar do financiamento do SNS já largamente superar o seu nível pré-crise, os desafios estruturais avolumaram-se. A Juventude Socialista exalta, por isso, a necessidade de continuar, e aumentar, o investimento no fortalecimento do SNS.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Estudo detalhado relativo ao número de médicos afetos ao sistema público.** Uma vez que vemos o número real de médicos a cair por disparidade entre o número de saídas (para o setor privado ou por aposentação) e o número de ingressos. Aparentemente, não se trata de um problema de falta de efetivos em formação, mas sim de falta de abertura de processos de contratação e alocação de ativos.
- » **Aumento do número de vagas para a especialidade médica**, com vista a suprimir as necessidades existentes, principalmente nos territórios de baixa

# VENCER O FUTURO



densidade, onde os fenómenos de êxodo rural são atualmente alimentados pela procura por territórios que oferecem serviços de saúde em quantidade e com qualidade.

- » **Auscultação do intervenientes diretos e implicados**, como as Associações Nacionais de Estudantes da área da saúde, as Ordens Profissionais e o próprio Ministério da Saúde.
- » **Aposta na rede de cuidados de saúde primários**, um eixo de desenvolvimento do SNS que deverá ser aprofundado.
- » **Aumento das participações na aquisição de fármacos**. É inaceitável que o lucro da indústria farmacêutica se sobreponha à saúde do indivíduo.
- » **Criação do estatuto de doença crónica especial para o Diabetes Mellitus** e o alargamento da comparticipação das bombas, a todos os doentes que delas necessitem.
- » **Uma maior autonomia da gestão hospitalar, devidamente auditada, como uma solução** possível para mitigar a burocracia inerente a todos os procedimentos de aquisição hospitalar para evitar a rotura de *stocks*.
- » Inclusão de **programas de ensino de técnicas de Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa** (que, no contexto legislativo atual, apenas é aplicável por cidadãos acreditados e integrados numa cadeia de emergência) nos programas de ensino para obtenção de licenças como a Carta de Condução, o Uso e Porte de Arma, entre outras, trará benefícios na assistência rápida a doentes que aguardam a chegada das equipas de saúde.

03



# EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR



As qualificações dos jovens configuram não só o um fator de emancipação e concretização pessoal de cada indivíduo, mas também uma resposta à crise económica e social que vivemos. A Escola deve também configurar um espaço de liberdade e democracia, onde jovens e crianças aprofundem conhecimentos sobre si próprios e sobre a vida coletiva.

## ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

É de primordial importância que, ao nível do **Ensino Básico e Secundário**, a Escola seja um local de participação cívica e passagem de princípios e valores, livre de preconceitos. Reconhecemos que já muito se caminhou neste sentido, com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória ou a criação da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento”, mas muito há ainda por fazer.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

» Reversão do afastamento de alunos e os funcionários do Conselho Pedagógico das Escolas, garantindo a representação

dos estudantes e a gestão democrática das escolas;

- » Defesa intransigentemente da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento” no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico bem como no Ensino Secundário;
- » Construção de um plano curricular concreto e estruturado que aborde matérias de participação cívica e de combate a todas as formas de Discriminação;
- » Inclusão de conteúdos de “Introdução à Economia e ao Direito” e de “Educação Financeira”, com vista à iniciação dos estudantes na área das Ciências Socioeconómicas. e ao combate ao grau de iliteracia financeira e jurídica da população portuguesa;
- » Reforço da educação sexual no meio escolar, indo além da biologia e da saúde, abordando temas como a contraceção, o consentimento sexual e prazer feminino.

# VENCER O FUTURO



## ENSINO PROFISSIONAL

Durante longos anos, o **Ensino Profissional** foi olhado com estereótipo e preconceito, com o mesmo estigma que privilegia a formação científica e relega para segundo plano a formação e o desenvolvimento de competências práticas ou profissionalizantes. No entanto a via profissionalizante é essencial para a formação de técnicos especializados e para a concretização pessoal dos jovens que se identifiquem com esse perfil.

É necessário o reforço da rede de Ensino Profissional, promovendo uma readaptação da oferta formativa à realidade social, económica e empresarial de cada território e que se articule com a opção de aprofundamento dos estudos no Ensino Superior. Por outro lado, deverá o ensino profissional ser gradualmente direcionado para as denominadas “profissões primárias de arte e ofício”, assegurando-se uma formação técnico-profissional de qualidade que forme soldadores, eletricitistas, carpinteiros, serralheiros, entre outras profissões em acelerado desaparecimento mas necessárias para a Economia.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Readaptação da oferta formativa às necessidades de cada região;

- » Investimento na rede de Ensino Profissional, promovendo parcerias com os intervenientes locais;
- » Extensão do novo contingente especial de acesso para estudantes do Ensino Profissional a todas as Instituições de Ensino Superior, com normas equitativas e transversais para a realização das provas de acesso;

## ENSINO SUPERIOR

Apesar do inegável progresso que se verificou em Portugal nas últimas décadas, o país continua a apresentar baixos níveis de qualificações superiores, como aponta a OCDE. Em simultâneo, é no **Ensino Superior** que as barreiras socioeconómicas são mais evidentes. Democratizar o acesso ao Ensino Superior é muito mais do que uma aposta no desenvolvimento do país, é uma questão de justiça social.

**A ação social** no Ensino Superior tem um papel de extrema importância na mitigação das desigualdades e constitui uma via fundamental para garantir o acesso à Educação em igualdade de oportunidades. Importa, por isso, assegurar um modelo de ação social que responda ao custo real de frequência no ensino e que chegue a uma base alargada da sociedade. Atualmente, apenas 20% dos estudantes são bolsеiros e as bolsas



atribuídas são em boa parte consumidas pelo pagamento de propinas.

As propinas continuam a ser um dos entraves à frequência do Ensino Superior. Apesar do teto máximo da propina de 1º ciclo ter sido congelado e gradualmente reduzido ao longo dos últimos 3 anos, esta continua a configurar uma barreira à garantia do direito à Educação. No que toca ao 2º e 3º ciclo, o valor da propina é fortemente desregulado, existindo instituições públicas de ensino superior a praticar valores astronómicos, o que impede, em muitos casos, o prosseguimento de estudos e, por vezes, o acesso à profissão por razões económicas.

Importa destacar que existem outros custos associados à frequência no ensino superior, incomportáveis para demasiados estudantes, por exemplo, em matéria de alojamento. A frequência deste nível de ensino tem um custo anual médio entre os 5000 e os 6000 euros, representando a propina entre 15% a 20% desse valor.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Reforço da aposta na ação social escolar direta para que ela se aproxime da cobertura integral dos custos de frequência do ensino superior;

- » Aumento do limiar de elegibilidade para atribuição da bolsa para que esta chegue maior número de estudantes possível;
- » Fim gradual da cobrança de propinas, no 1º ciclo e introdução de um teto máximo para propinas de 2º e 3º ciclo;
- » Regulamentação das taxas e emolumentos, assegurando a sua gratuidade para atos essenciais como matrículas, avaliações obrigatórias ou emissão da carta de curso;
- » Reforço da oferta pública de residências e habitação a custos controlados para os estudantes deslocados;

Os últimos 5 anos têm, através dos Contratos para a Legislatura, conferindo estabilidade e previsibilidade ao financiamento do setor. Assistiu-se ainda a um aumento expressivo do orçamento das **instituições de ensino superior (IES)**, debelando um subfinanciamento crónico que, historicamente, serviu para justificar o aumento encapotado da propina sob a forma de taxas e emolumentos e a abertura ao investimento privado. É por isso fundamental continuar a defender o reforço orçamental das IES, nomeadamente para que estas consigam fazer face à descida de receitas próprias no seguimento do atual contexto pandémico mas principalmente responder às necessidades reais da gestão das instituições, garantindo a sua autonomia e independência.



### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Reforço do financiamento direto do Estado às Universidades e Institutos Politécnicos;
- » Alteração da fórmula de distribuição do financiamento das instituições de ensino superior;
- » Utilização dos contratos-programa e contratos de desenvolvimento institucional, de duração plurianual, previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, que cumpram critérios de desenvolvimento das IES fundamentais para a modernização e melhoria do sistema;

Há vários anos que diversos atores no setor da educação, principalmente estudantes, têm chamado a atenção para a desatualização do **modelo de acesso ao ensino superior** em vigor. Algumas das injustiças impostas pelo Concurso Nacional de Acesso foram sendo colmatadas, como é o caso do acesso de estudantes do ensino profissional. No entanto, o peso que os Exames Nacionais têm neste modelo, ainda que desempenhe um papel importante para o equilíbrio entre classificações de várias escolas e vários contextos, vincula fortemente as oportunidades de acesso a reduzidos momentos de avaliação, o que coloca uma elevada pressão nos

jovens e potencia desigualdades. Ademais, é importante valorizar a participação de trabalhadores-estudantes e estudantes mais velhos.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Redução do limite máximo do peso das provas de ingresso na média de candidatura dos estudantes no Concurso Nacional de Acesso.
- » Inclusão dos testes intermédios no cálculo da média de candidatura ao Concurso Nacional de Acesso;
- » Alargamento do concurso especial de acesso para estudantes do Ensino Profissional;
- » Revisão do Estatuto do Trabalhador-Estudante e dos concursos especiais de acesso para quem deseje estudar mais velho;

O Ensino Superior deve ser acessível a todos no decorrer da vida, sendo que a escolha de ingressar ou não por esta via não deve ser limitada por qualquer constrangimento físico, cognitivo, ou de qualquer outro tipo. Como tal o Ensino Superior deve adaptar-se de maneira a corresponder às necessidades dos estudantes de modo a que todos tenham



igual oportunidade não só de acesso como também de sucesso. A inclusão de todos passa naturalmente pela inclusão do **estudantes com necessidades de saúde especiais (NSE)**. Acreditamos que uma Escola inclusiva deve estar munida dos recursos necessários para fazer face às especificidades que estas condições impõem.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Investimento nas infraestruturas das IES para que disponham de condições de acessibilidade a todos os estudantes com mobilidade reduzida.
- » Reforço do número de técnicos especializados ao nível da Educação Especial para que possam também dar formação e apoio aos professores que têm estudantes com NSE, de modo a que os mesmos desenvolvam técnicas e métodos de ensino mais inclusivos;
- » Constituição de gabinetes de apoio aos NSE, dotados de recursos para avaliar e agir de acordo com as especificidades de cada caso, mitigando as barreiras de acesso ao ensino por parte destes alunos;

O **Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)** fez parte, em 2007, da reforma do Ensino Superior Português levada a cabo por Mariano Gago. Enquanto documento definidor da organização do sistema de Ensino Superior, o RJIES carece de um debate alargado sobre a sua revisão, com vista a caminhar no sentido de um sistema de ensino mais justo e democrático. A revisão deste documento, prevista no próprio diploma após cinco anos da sua publicação, nunca se realizou.

No que toca à governação das instituições, o RJIES veio afastar os estudantes dos órgãos de governo e centralizar o poder de decisão na figura dos Reitores, Presidentes e Diretores. Construir uma Academia moderna e democrática passa por reverter esta realidade e garantir a representatividade de todos corpos que constituem a Escola.

Do ponto de vista da organização do sistema de ensino superior, a revisão do RJIES constitui uma oportunidade para a discussão alargada sobre o papel de cada subsistema e das instituições que os integram.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Existência obrigatória de Órgãos Colegiais de Governo (assembleias de



escola, de faculdade ou de instituto) que garantam a representação de todos os intervenientes da comunidade académica;

- » Garantindo-se que a representatividade de nenhum dos corpos com assento nos Órgãos Colegiais de Governo seja superior a 50%.
- » Fixação de um limite mínimo de um terço para a representação dos estudantes na composição do Conselho Geral das IES;
- » Garantir poderes deliberativos aos Conselhos Científico, Técnico-científico e Pedagógico;
- » Valorização da natureza binária do sistema de Ensino Superior, prevendo uma reorganização da oferta formativa e uma melhor definição do papel do ensino Politécnico e do ensino Universitário;
- » Discussão e revisão do Regime Fundacional, em que se limite a participação de instituições privadas nas IES;
- » Reformulação das competências excessivas atribuídas aos Conselhos de Curadores das IES - Fundação;
- » Garantia de que os Conselhos Gerais

e os Serviços de Ação Social das IES - Fundação não vejam as suas competências e autonomia influenciadas pela aplicação do Regime Fundacional;

O **abandono e insucesso escolar** no Ensino Superior são uma realidade premente e que será agravada devido à situação pandémica que atravessamos, que trará mais dificuldades financeiras aos estudantes e uma maior incerteza face ao futuro. Para além de que, a presença física no contexto escolar é um dos principais promotores da igualdade.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Rastreamento do insucesso e abandono escolar ao longo percurso académico dos estudantes;
- » Promoção de serviços de acompanhamento e apoio aos estudantes;
- » Reforço do aconselhamento vocacional no 3º ciclo do Ensino Básico e intensificação do mesmo no Ensino Secundário;
- » Promoção de gabinetes de apoio de apoio psicológico;

### **ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL**

Para além da responsabilidade cívica que todos temos, enquanto membros da



comunidade, em assumir um papel ativo na participação e na vivência em cidadania, cada vez mais o mercado de trabalho valoriza aspetos diferenciadores nos trabalhadores. É extremamente importante mobilizarmos os jovens para a **participação em atividades culturais, desportivas, artísticas, cívicas e de associativismo**, levando-os a ter um papel ativo na criação do processo de aprendizagem e na criação de uma identidade geracional.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Reconhecimento das Associações e Federações de Estudantes e Académicas como estruturas legítimas da representação dos interesses dos estudantes do Ensino Básico, Secundário e Superior;
- » Valorização das atividades extracurriculares sob forma de suplemento ao diploma e no momento da avaliação de candidaturas a mestrados, estágios curriculares, entre outros;
- » Alargamento da elegibilidade do Estatuto do Dirigente Associativo, através da criação de mecanismos que confirmam maior flexibilidade aos estudantes envolvidos em atividades extracurriculares;

### **LIGAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO**

As gerações mais novas são aquelas que apresentam o maior nível de qualificações

de sempre, no entanto, tal como já foi mencionado em vários estudos, Portugal é dos países em que os jovens se emancipam mais tarde, estando muito abaixo da média da União Europeia. Como tal, é necessário robustecer a **ligação do Ensino Superior ao mundo de trabalho**, bem como promover um maior acompanhamento à saída deste ciclo de estudos.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Reforço da criação de gabinetes de orientação profissional no Ensino Secundário;
- » Implementação de gabinetes de saídas profissionais, dentro das IES, que tenham ligação ao tecido empresarial e à sociedade.
- » Inclusão de componentes mais prática na formação superior através, de estágios curriculares, trabalhos de campo, participação em projetos de investigação e em unidades de observação e intervenção, entre outros;
- » Inclusão de conteúdos de desenvolvimento pessoal, as softskills, nos planos curriculares;
- » Potenciar os estágios de verão e os estágios extracurriculares;

04



# CRISE CLIMÁTICA



Portugal foi o primeiro estado no mundo a comprometer-se com o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050. Não obstante os importantes passos já assumidos, a definição desta estratégia apenas surtirá efeito se for acompanhada por um conjunto de regulação que vincule os sucessivos governos e todo o setor empresarial às metas definidas.

Atualmente, inexistente um quadro legal que formalize o compromisso do estado e do setor empresarial com as metas climáticas. **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

» **Aprovação da lei de base do clima** de modo a formalizar os compromissos assumidos em relação às metas carbónicas e a estabelecer um conjunto de mecanismos de operacionalização e monitorização da estratégia definida. Uma Lei de Bases do Clima que tenha:

- a identificação de metas intermédias (nacionais e setoriais), para o quinquénio, com vista à neutralidade climática;

- a determinação dos instrumentos de monitorização do cumprimento dos objetivos estabelecidos;
- o compromisso do estado com a realização de uma transição justa, assegurando a proteção das classes sociais mais afetadas pela transição.

» **Criação de um orçamento anual de carbono** que identifique um plafond global e setorial das emissões de GEE para o ano seguinte, bem como uma previsão do sequestro carbónico para o ano. A redução de emissões de GEE prevista no orçamento deve estar obrigatoriamente em linha com as metas definidas para a legislatura.

» **Criação de uma Unidade Técnica para a Estratégia Climática (UTEC)**, sendo uma entidade independente que monitorize o progresso feito anualmente, com vista ao cumprimento das metas intermédias, estabelecidas pelo orçamento anual de carbono e pela lei de bases do clima, assegurando a representatividade de jovens, com menos de 30 anos.

# VENCER O FUTURO



## INDÚSTRIA

O setor da indústria tem um elevado peso nas emissões de GEE uma vez que os agentes económicos, numa perspectiva agregada, têm todos os incentivos em utilizar, de forma crescente, e sem limite, os recursos naturais que lhes permitem aumentar os seus resultados. Considerando o atual sistema económico, os incentivos à redução da utilização dos recursos são muito escassos. Apesar do crescimento do setor industrial nos últimos anos, existem diversas oportunidades para melhorar o desempenho ambiental do setor

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

» **Financiamento verde:** O Financiamento Verde levará a um progressivo aumento da rentabilidade das empresas mais sustentáveis e de toda a sua cadeia de valor, em detrimento das menos sustentáveis. Deste modo, tendo por base um modelo económico de maximização do lucro, o investimento aumentaria em empresas mais sustentáveis, reduzindo-se nas empresas mais poluidoras, desafiando a sua reestruturação.

- Utilização do recém criado Banco Português de Fomento, como mecanismo de alavancagem da economia verde.

- Sensibilização e atribuição de incentivos ao sistema bancário, de modo a promover a incorporação dos riscos climáticos na análise de risco dos projetos e a discriminação positiva dos investimentos em atividades sustentáveis;
- Formalização do dever de redução das emissões de GEE enquanto dever fiduciário do sistema bancário.
- À semelhança do regulado aquando o surgimento do RGPD, todas as empresas do setor financeiro deverão comprovar a existência de um responsável por assegurar a prossecução dos objetivos sustentáveis da instituição;
- Para efeitos de atribuição dos estatutos de PME excelência e PME líder, as empresas devem reportar as emissões GEE scope 1 e 2;
- Todas as médias e grandes empresas que recebem apoio do Estado devem reportar as emissões carbónicas scope 1 e 2 e respetivas metas definidas para a sua redução;
- Coinvestimento do estado, com investidores privados, em projetos embrionários promovidos por startups com soluções para a economia verde (seed e pré-seed).



» **Fiscalidade verde:** Procurando a dissociação entre o aumento económico e aumento do impacto climático, através um conjunto de incentivos e desincentivos diretos às empresas, que aumentem a rentabilidade relativa das empresas mais sustentáveis.

- Agravamento do IRC para as empresas que não apresentam ou cumpram metas de descarbonização;
- Aprofundamento da taxa de carbono, a aplicar sobre a aquisição de bens e serviços mais poluentes;
- Redução do imposto de selo para empréstimos verdes e circulares;
- Incentivo às famílias para investirem em fundos de investimento responsável;
- Redução ou isenção (temporária) de impostos municipais para empresas do setor tecnológico ligadas às energias renováveis;
- Assegurar uma maior utilização das receitas dos impostos sobre o carbono (ISP e licenças de emissões) para financiamento de programas ligados à descarbonização (p.e. PART e Programa de Apoio a edifícios mais sustentáveis);

- Definição de um subsídio para aplicação de energias renováveis em autoconsumo nas indústrias, associado a uma linha de crédito bonificada para a sua aplicação.

## MOBILIDADE

A dependência da mobilidade no consumo de combustíveis fósseis em Portugal é elevada, contribuindo, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (Inventário Nacional de Emissões 2020), em 2018 os transportes representaram 26% do total de emissões de GEE. Contudo, é um setor para o qual existem vários caminhos promissores que apontam para a exequibilidade de uma neutralização do setor no médio/longo prazo.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » **Investimento contínuo na expansão e melhoria das redes de transporte público**
  - Criação das infraestruturas necessárias à operação de transportes em sítio próprio (reduzir o espaço público urbano atribuído ao automóvel, concedendo prioridade ao transporte coletivo);
  - Arranque do importante Programa Nacional de Investimentos 2030,



realizando, em particular, as obras de modernização, eletrificação e duplicação das vias férreas.

- Propomos igualmente, neste âmbito, a construção das ligações de todas as capitais de distrito à rede ferroviária ibérica, bem como o desenvolvimento da rede no eixo norte-sul no interior.
- Renovação e reforço substancial do material circulante ferroviário pesado e ligeiro, aumentando o conforto, sem deixar de prever o reforço da oferta nas concessões dos serviços de transporte fluvial ou rodoviário;
- Aumento da frequência dos serviços da CP, bem como implementar um sistema de gestão horária que potenciam a possibilidade de transbordos;
- Reforço do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), assim como o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), assegurando, desta forma, o desenvolvimento de redes de transportes públicos nas cidades de média e pequena dimensão;
- Instituição da gratuidade do passe regional para os estudantes de todos os níveis de ensino.

#### » Descarbonização dos transportes públicos

- Investimento na renovação da frota de transportes coletivos, substituindo progressivamente os veículos de transporte mais poluentes por veículos movidos a energias renováveis;
- Imposição da necessidade de compensação de um mínimo de 50% das emissões carbónicas, por parte dos operadores de transportes públicos.

#### » Mobilidade suave: Portugal encontra-se na cauda da Europa quanto à quota modal da bicicleta, apesar de ser líder na produção de bicicletas. Para mudar este padrão de comportamentos, foi aprovada em 2019 a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC 2020-2030).

- Incluir no currículo letivo, até 2022, uma formação teórico-prática, que incida sobre o Código da Estrada e prepare os jovens para a circulação na via pública com bicicleta;
- Promoção da intermodalidade da bicicleta com os transportes públicos, construindo parques de estacionamento de longa duração para bicicletas nas estações de ferroviárias e rodoviárias;



- Definição e concretização de uma Rede Nacional de Infraestruturas Cicláveis e infraestruturas complementares, incluindo a mesma na próxima revisão da Trans-European Transport Network (TEN-T), aproveitando assim as oportunidades desta política de financiamento comunitário;
  - Apoios às áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais e/ou municípios através do cofinanciamento de sistemas de bicicletas partilhadas e outros meios ecológicos de deslocação;
  - Aumento do Incentivo à Aquisição e Utilização de Veículos de Baixas Emissões (do Fundo Ambiental), no limite de elegibilidade e comparticipação da compra de bicicletas, elétricas e não elétricas, e criação de um programa de incentivo à reparação de bicicletas através de vouchers de €50.
- » **Mobilidade partilhada eletrificada:** Para além de reduzir o congestionamento das cidades, a aposta na mobilidade partilhada permite reduzir as emissões carbónicas e melhorar a qualidade do ar dos meios urbanos.
- Importa, por isso, sensibilizar os consumidores para os benefícios da adoção desta modalidade de transporte
  - Criação de parcerias com operadores que permitam a intermodalidade entre passes metropolitanos e serviços de mobilidade partilhada.
  - Dotação dos parques de estacionamento das estações ferroviárias de condições de carregamento de veículos elétricos e a revisão das tarifas deste mesmo estacionamento.
- » **Eletrificação dos veículos particulares e de transporte de mercadorias:** Embora o transporte coletivo continue a ser a solução mais eficiente para equilibrar a repartição modal em ambiente urbano, propomos o:
- Aumento da dotação do Incentivo à Aquisição e Utilização de Veículos de Baixas Emissões (do Fundo Ambiental), particularmente no que diz respeito à compra de veículos elétricos, de passageiros e de mercadorias, pelas empresas;
  - Investimento significativo na infraestrutura de abastecimento para veículos elétricos, apoiando particulares que carreguem os seus veículos em casa através de reduções da tarifa de energia;
  - Apoios discriminatórios positivos à mobilidade sustentável elétrica focado



no interior do país, colmatando as desigualdades interior/litoral.

## AGRICULTURA

### Pegada carbónica da agropecuária

Quando nos referimos a alterações climáticas e agropecuária, falamos de uma relação bidirecional e direta entre ambas. Observa-se que os impactos das alterações climáticas têm vindo a reduzir a produtividade de algumas culturas, a potenciar o desenvolvimento e proliferação de novas pragas e doenças, e a diminuir a disponibilidade de água e solos férteis.

A agropecuária em Portugal representa 10% das emissões de GEE (Inventário Nacional de Emissões 2020, APA) e, entre as atividades mais danosas, encontra-se a produção intensiva de cereais para alimentação de gado, responsáveis por grande parte da desflorestação observada no mundo, a libertação de metano pelo gado bovino, o consumo de enormes quantidades de água na pecuária ou pelas produções intensivas de produtos agrícolas.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

» **Promoção da agroecologia**, enquanto conceito aplicado na prática da

agricultura com bases ecológicas, introduzindo a noção de agro-ecossistema.

- Definição de um plano que permita aos agricultores fazerem parte ou total conversão do seu negócio em práticas de agricultura hipocarbónica
- Criação de incentivos à compra de produtos hipocarbónicos, tal como através da redução do IVA dos mesmos.

» **Inovação e novas tecnologias no setor agrícola:** Ao nível da agricultura, a tecnologia é um meio que permite hoje conhecer os territórios, as condições agrícolas e meteorológicas, de forma a atingir o máximo de produtividade, utilizando o mínimo de recursos possíveis.

- Promoção de centros e equipas de investigação na área de novos processos produtivos agroindustriais, agroalimentares e florestais, tais como metodologias computacionais para determinar locais ótimos de captação de águas pluviais em bacias hidrográficas, para fins de rega e combate a incêndios, com uma forte proximidade a agricultores que possam beneficiar destas tecnologias e conhecimento. A mesma abordagem deve ser direcionada para áreas de elevado risco de inundações;



- Aposta e incentivo na agricultura de precisão (p.e. uso de microprocessadores e fitosensores), permitindo assim identificar a diversidade dos espaços de cultivo, diminuindo a contaminação de solos na aplicação de adubos e fertilizantes, reduzindo custos de produção e aumentando a produtividade;
  - Criação de incentivos na área da investigação e nas bioindústrias, uma vez que a Bioeconomia representa 2,3 biliões de EUR em volume de negócio (ao nível da União Europeia). É expectável que as bioindústrias possam gerar até 2030 mais de um milhão de postos de trabalho;
  - Promoção da complementaridade entre os produtores agrícolas e as empresas de tratamento de resíduos ou ainda empresas de produção de rações e adubos, para que se possa criar redes de reutilização e transformação de produtos com base em desperdício zero. Apostar na gestão de resíduos com base em TMB (tratamento mecânico biológico), para reduzir os resíduos depositados em aterros.
- » **Encurtamento de cadeias de abastecimento:** Com o encurtamento das cadeias de abastecimento, através das medidas que se seguem, pretende-se, deste modo, reduzir a pegada carbónica deste setor.
- Zelo pela sustentabilidade do tecido empresarial agrícola em torno das grandes cidades, garantindo que estas empresas possam escoar os seus produtos nas grandes áreas metropolitanas, reduzindo o impacto climático do transporte de alimentos por distâncias superiores.
  - Proteção de forma restrita dos solos classificados pela RAN de alta qualidade, nomeadamente para fins de construção lúdica (alínea i do artigo 22º do DL nº199/2015);
  - Aposta na recuperação dos solos degradados, optando pela manutenção dos mesmo com cobertura vegetal, quer entre culturas sucessivas quer na entrelinha de culturas permanentes (que além de aumentar o carbono no solo, ao consumir azoto disponível evita perdas de N20 para a atmosfera).
- » **Redução do impacto da pecuária nas alterações climáticas:** O aumento da população mundial, bem como o consumo excessivo de carne tem tido um impacto bastante considerável nas alterações climáticas, emissão de gases com efeito de estufa e consumo desmedido de água.



- Legislação e regulação da gestão de resíduos e efluentes em explorações animais;
- Adoção de práticas que permitam a recuperação do metano e desta forma reduzir a emissão para a atmosfera;
- Promoção, junto dos produtores de carne, da melhoria da alimentação do gado, diminuindo os concentrados e incluindo sementes de oleaginosas na dieta, para que haja uma redução das emissões de metano

## ENERGIA

### Dependência de combustíveis fósseis e ineficiências do setor da Energia

Segundo o Relatório do Inventário Nacional da APA (2020), em 2018, as emissões de gases com efeito de estufa do setor da energia, excluindo os transportes e a indústria construtora e manufactura, representavam 27% do total de emissões a nível nacional.

Defendemos a intervenção em três vetores fundamentais do setor energético para uma clara e decisiva transição energética. São esses vetores a eficiência energética, a produção de energia renovável e a produção de hidrogénio verde.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

#### » Aumento da eficiência energética:

Um vetor fundamental para a transição energética, é a eficiência energética. A eficiência energética é particularmente relevante para um país como Portugal, onde muitos dos edifícios são antigos, com problemas de isolamento térmico onde os custos com a eletricidade muitas vezes aumentam através da utilização de climatizadores.

- Utilização de materiais de construção mais sustentáveis e energeticamente eficientes. Para tal, é importante o apoio à inovação e desenvolvimento em nanotecnologia, com aplicações ao nível das tintas, por exemplo, e ainda o reaproveitamento de resíduos para a produção de materiais de construção;
- Alteração das regras e aumento do financiamento e duração do programa “Edifícios + Sustentáveis”. Ao permitir o acesso ao financiamento antes das obras serem efetuadas e ao alargar a duração e financiamento do programa, mais famílias, empresas e instituições, com particular relevo no atual contexto de dificuldades económicas, poderão usufruir deste programa;



- Criação de um programa de auditorias de eficiência energética nos edifícios públicos municipais em Portugal, sustentado com os respetivos apoios à melhoria das condições energéticas;
- » **Produção de eletricidade renovável:** Portugal apresentou-se desde cedo como inovador na produção de eletricidade renovável. Segundo o anuário da APREN, a produção de eletricidade através de fontes renováveis representou 55,2% do total em 2019 - resultado este que é uma conquista de governos do Partido Socialista. Nestes moldes, defendemos um maior incentivo à transição energética tanto ao nível dos grandes projetos como ao nível individual, permitindo uma transição equilibrada e justa.
- Criação, através das dotações do Fundo Ambiental, de incentivos à compra e instalação de equipamento descentralizado de produção de energia renovável a nível familiar ou empresarial. Este equipamento deverá ser complementado com a compra de powerwalls para armazenamento da eletricidade, permitindo uma fonte alternativa de energia elétrica aos utilizadores;
  - Aumento da frequência dos leilões de instalação de centrais fotovoltaicas, com um maior número de lotes alocados aos projetos com armazenamento.
- Reforçar as interligações energéticas, sobretudo entre estados-membros, com o objetivo de aprofundar a integração do mercado europeu de produção energética. Desta forma observa-se um potencial aumento da eficiência e segurança do aprovisionamento elétrico, maior capacidade de regulação pública do mercado e maior competitividade.
- » **Hidrogénio Verde:** Em linha com os objetivos Europeus, Portugal desenvolveu a sua Estratégia Nacional para o Hidrogénio, com o intuito de produzir hidrogénio verde, usando energia renovável. Esta estratégia será fundamental para o cumprimento das metas de descarbonização através do impacto direto que terá na inserção na rede de gás natural e também pela produção descentralizada que será canalizada para o setor dos transportes, indústria do aço, cimenteira e químicas.
- Canalização de fundos comunitários e do Fundo Ambiental para o investimento na infraestrutura de abastecimento de veículos movidos a hidrogénio e a criação de apoios para a compra destes veículos



- Defender um investimento significativo nas cadeias de transporte do hidrogénio verde produzido, em particular no troço de alta-velocidade Sines-Elvas e no investimento na inovação e desenvolvimento para o desenvolvimento do equipamento necessário à produção de hidrogénio verde a nível nacional.

## ECONOMIA CIRCULAR

### Indesejável predominância da economia linear sobre a economia circular

Urge a transição do modelo económico linear de extração-produção-consumo-descarte para um em que a extração de matérias-primas e o desperdício são minimizados, reintroduzindo os resíduos nos processos produtivos e tendo em conta os ciclos biológicos e técnicos.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » **Eliminação dos produtos de utilização única:** Vários são os problemas associados à generalizada utilização de plástico no nosso planeta. Além de já se encontrarem microplásticos nas zonas mais remotas do mundo (montanhas e polos), também têm sido identificados nos peixes que consumimos. Deste modo, propomos:
- Promover a substituição de plásticos de uso único por materiais 100% biodegradáveis;
- Obrigatoriedade da tara recuperável no comércio de bebidas engarrafadas, desde a sua introdução no mercado, até ao consumidor final, responsabilizando os consumidores pela devolução das embalagens de bebidas.
- Incentivo às empresas a promover a durabilidade e reparabilidade dos produtos.
- Fomento ao comércio de produtos em segunda mão e a serviços de reparação e manutenção.
- » **Redução dos resíduos indiferenciados e aumento da reciclagem:** Em 2018, Portugal apresentava uma das mais baixas taxas de reciclagem de resíduos municipais na UE, com apenas 28,9% (Eurostat, 2018). Adicionalmente, o valor da Taxa de Gestão de Resíduos desincentiva suficientemente a deposição em aterro ou incineração, num contexto em que a legislação da UE define que a taxa de resíduos urbanos em aterro deve ser inferior a 10% da quantidade total de resíduos urbanos produzidos, a partir de 2035. Em Portugal, em 2018, esta taxa situava-se nos 33,4%, seguindo uma tendência de crescimento.



- Aumento da segregação nos ecopontos, promovendo uma maior distinção entre os diferentes materiais. De igual forma, deve-se generalizar a recolha separada de resíduos urbanos biodegradáveis, em articulação com as empresas de gestão de resíduos, incentivando a compostagem nos municípios onde atuem;
  - Incentivo às autarquias para a replicação de boas práticas de reciclagem, como a distribuição de mini-ecopontos pelas famílias e assegurar a sua recolha regular - recolha porta a porta;
  - Aumento do valor da Taxa de Gestão de Resíduos e criação de uma taxa municipal sobre a unidade de lixo indiferenciado produzida, ou seja, a implementação de sistemas Pay-As-You-Throw (PAYT);
- » **Fecho do círculo: reaproveitamento de subprodutos e resíduos:** É fundamental conseguir evitar o desperdício, adotando a lógica de que os resíduos não são lixo, mas sim recursos. Com este desígnio, apresentam-se as seguintes propostas:
- Dinamização da compra e venda de resíduos da produção e subprodutos, promovendo a utilização de efluentes de uma indústria como matérias-primas de outra (simbiose industrial), por via de investimento em investigação e capacitação das empresas sobre a valorização comercial dos seus resíduos e subprodutos, através da FCT, Fundo Ambiental e do IAPMEI, fomentando spillovers de conhecimento entre Academia e empresas;
  - Financiamento, através do Fundo Ambiental, da criação de locais de reparação de objetos em mau estado, ao nível das Autarquias Locais, promovendo a redução do consumo e a reutilização;
  - Proibição da incineração de resíduos sem recuperação de energia, obrigando à transição de todas as incineradoras para produção simultânea de calor e eletricidade através da cogeração. O calor produzido deverá abastecer indústrias e redes urbanas de aquecimento;

## AMBIENTE – TERRA E MAR

### Ameaça ao ambiente: biodiversidade e geodiversidade

Segundo um relatório do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas os impactes das alterações climáticas denotar-se-ão no aumento das temperaturas, na redução da precipitação, na intensidade dos ventos, e aumento da frequência e intensidade de eventos extremos. Estas mudanças no contexto climático terão repercussões



na distribuição de espécies e nos ecossistemas, que podem levar à extinção de espécies (IPCC, 2018).

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Proteção e conservação das florestas:** No contexto do combate às alterações climáticas, a floresta tem um papel crucial, não só por absorver o CO<sub>2</sub> atmosférico libertado pelas actividades humanas como o uso de combustíveis fósseis, mas por ter um papel regulador dos recursos hídricos. Assim, importa:
  - Apoio à expansão de florestas de espécies autóctones, geridas sustentavelmente, criando mais-valias ambientais fulcrais e potenciadoras de um ambiente biodiverso e mais equilibrado, designadamente através da remuneração de serviços de ecossistema;
  - Realização da renaturalização de áreas perturbadas;
  - A sensibilização das pessoas sobre valor natural do território deve ser prioritário para uma conservação integrada entre a figura do estado e o papel do cidadão. Assim, propomos a criação de um guião do património natural (fauna e flora e geodiversidade) à escala municipal.
- » **O mar não pode ser esquecido:** Cerca de 25% das emissões de CO<sub>2</sub> para a atmosfera são armazenados no oceano, tendo este, por isto, um papel fundamental na regulação do carbono atmosférico.
  - A par com o recente desenvolvimento sobre a Zona Económica Exclusiva (ZEE) propomos o investimento na produção científica/tecnológica e divulgação de informação sobre estas áreas, nomeadamente no que toca ao reforço da base de dados nacional (Geoportal Mar Português) com a criação dos mapas batimétricos, geológicos e geomorfológicos à escala 1:10.000. Desta forma, podemos mapear e construir de forma mais detalhada as novas estratégias para o futuro;
  - Reforçar o apoio de estudos holísticos sobre os impactes da acidificação do Oceano Atlântico na ZEE nacional.
- » **Defesa das áreas protegidas terrestres e marinhas:** Da mesma forma que Murray Gray (2004) afirmava que a geodiversidade é o sustentáculo do Planeta Terra, pugnamos pela defesa da geodiversidade, ao mesmo nível da biodiversidade, pois sem a primeira não existe a segunda.



Desta forma, propomos:

- a criação de um grupo sectorial sobre geodiversidade, a incluir nos grupos de trabalho da ENAAC de forma a produzir mais informação sobre os impactes das alterações climática nos vários sistemas geomorfológicos nacionais, começando por um relatório do no âmbito da ENAAC;
- Valorização dos Vigilantes da Natureza e um reforço dos quadros do ICNF. As áreas protegidas nacionais são caracterizadas por uma forte componente de solo privado, sendo exigível uma excelente articulação entre os vários agentes envolvidos. Na mesma ordem de ideias, a defesa dos valores naturais deve continuar a ser prioritária e é necessário o reforço de meios e presença de elementos das nas áreas com estatuto de proteção. Garantindo assim o cumprimento dos seus objetivos face à pressão antrópica (ex: capacidade de carga; construção ilegal);
- sensibilização do Governo da necessidade de finalizar e publicar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas de acordo com as suas linhas orientadoras (RCM nº143/2019).
- incentivo à criação de geoparques em colaboração com as universidades para desenvolver o turismo de natureza

## CARBONO

### Complementaridade à estratégia de redução de emissões: a Captura de carbono

De acordo com Roteiro para a Neutralidade Carbónica é estimada uma trajetória de redução de 85% a 90% das emissões de GEE, atingindo a neutralidade através da compensação contínua das emissões residuais através de captura de carbono.

Adicionalmente, o mercado global voluntário de carbono encontra-se num processo emergente, alimentado pelos compromissos do setor privado para com a neutralidade e negatividade carbónicas, correspondendo a negatividade à eliminação de emissões históricas.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » **Soluções de base natural - serviços de ecossistemas:** Construindo uma infraestrutura de mercado para a captura de carbono, e para a provisão de outros serviços de ecossistema, Portugal pode posicionar-se a nível internacional como líder no emergente setor da bioeconomia. A captura de carbono e a provisão de outros serviços de ecossistema pode também tornar-se uma fonte de rendimento adicional para as comunidades agrícolas e florestais, internalizando assim também um benefício social.

# VENCER O FUTURO



- Em linha com os objetivos da COP para a biodiversidade e os objetivos europeus, propomos a promoção da caracterização, valoração e conservação dos serviços de ecossistemas em Portugal, em particular a sequestro de carbono, fundamental para o cumprimento das metas de neutralidade carbónica de 2050.
- Criação de um Estratégia para a Captura de Carbono, baseada nos pagamento de serviços de ecossistema e no apoio técnico a proprietários rurais na gestão dos seus ecossistemas e na implementação de práticas que aumentem o potencial de captura de carbono.
- Criação de um mecanismo de financiamento público-privado para a captura de carbono, neutralizando gradualmente a pegada carbónica nacional e recompensando os gestores agrícolas e florestais que desenvolverem práticas mais eficazes.
- Desenvolvimento de uma campanha nacional contra a utilização de técnicas invasivas de gradagem do solo.

## IMPACTO SOCIAL

O impacto das medidas de mitigação das alterações climáticas na sociedade: a necessidade de garantir uma Transição justa

Um dos maiores desafios que a transição climática coloca é o do desaparecimento de um conjunto vasto de postos de trabalho associados a atividades não sustentáveis do ponto de vista climático. Tendencialmente, serão os trabalhadores com menos qualificações e de faixas etárias mais elevadas, aqueles que terão maiores dificuldades em adaptar-se e encontrar um novo emprego.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » **Emprego e qualificação:** Sendo o emprego um dos principais pilares da vida em sociedade, e prevendo-se uma profunda alteração no mercado de trabalho, com a execução das medidas de transição climática, propõe-se:
  - Promoção de ações de qualificação ativa de indivíduos oriundos de áreas com elevada intensidade carbónica, garantindo a sua rápida inserção no mercado de trabalho em áreas ligadas à transição energética.
  - Criar programas de requalificação destinado a desempregados de setores não sustentáveis.
- » **Responsabilidade internacional:** Durante anos - e mesmo atualmente -, Portugal e a União Europeia, foram responsáveis por um volume de emissões fora das suas

# VENCER O FUTURO



fronteiras terrestres, que fizeram aumentar de forma abrupta os níveis de emissão de GEE em países em desenvolvimento. É por isso, obrigação da União Europeia, apoiar os povos e países que irão sofrer as consequências da qualidade de vida de que desfrutámos durante anos

- Criar condições para receber refugiados climáticos;
- Apoio à transição justa noutros países

## ADAPTAÇÃO

### Consequências e necessária adaptação às alterações climáticas

No interior de Portugal o relatório PESETA II estima um aumento médio de 7°C. Já no passado, durante a época fria de 2018 foram registadas em Portugal cerca de 3.300 mortes atribuíveis à gripe e 397 mortes devido às temperaturas extremas (Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge).

Estima-se que, em menos de 2 décadas, eventos climáticos extremos sejam responsáveis pela morte de cerca de mil habitantes e pela perda de cerca de 37 milhões de euros em Portugal (Global Climate Risk Index 2020, dezembro de 2019). Genericamente, derivado dos efeitos das alterações climáticas, estima-se perdas do PIB na ordem dos 1,8 a 3%

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Avaliação dos riscos de segurança interna, para pessoas e bens, das alterações climáticas;**
- » **Defesa do desenvolvimento de um Plano Nacional de Adaptação, em complemento do Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, construído em colaboração com a comunidade científica, que inicie, desde já, a preparação de Portugal para as consequências das alterações climáticas. A médio prazo, também as autarquias deverão desenvolver planos semelhantes para o território do município.**
- » **Criação de um fundo que permita a recuperação de zonas afetadas por eventos climáticos extremos e progressivos (onde incluímos tempestades tropicais, vagas de ar frio, ondas de calor, secas, a subida do nível médio das águas do mar e fenómenos como storm surge).**

05



# CRISE DA DEMOCRACIA



## DEMOCRACIA (IN)FORMATIVA E DIGITAL

No decorrer das últimas décadas, houve uma alteração dos hábitos dos portugueses, no que diz respeito às fontes e aos meios de recolha de informação de teor noticiário.

Ainda que tal realidade se tenha traduzido numa mais-valia, quando em causa está a quantidade de informação e a facilidade de recolha da mesma, paralelamente verificam-se várias circunstâncias negativas que, através da mentira e manipulação sensacionalista, ameaçam a segurança da informação pública (i.e. fake news)

No respeito pela liberdade de imprensa, como jovens socialistas, defendemos que o Estado deve ter um papel ativo no combate às fake news, criando os instrumentos educativos e sensibilizadores necessários para travar ondas de desinformação.

A educação para a cidadania, englobando várias áreas do saber, tais como a literacia financeira, jurídica, digital, entre outras, traduz-se num motor fundamental para

uma sociedade instruída e escrutinadora, educando as novas gerações para o conhecimento dos seus direitos, deveres, liberdades e garantias.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » Produção de legislação no sentido de encontrar mecanismos rápidos e céleres, no estrito respeito pelos direitos e liberdades, de controlo das fake news, em cooperação com a ERC.
- » Criação de um tempo de antena institucional em todos os meios de comunicação subsidiados pelo Estado, com o objetivo primordial de (i) promover e fomentar a participação dos cidadãos na vida democrática, e bem assim (ii) combater a desinformação;
- » Criação e promoção de programas de fact-checking, onde a desinformação pudesse ser publicamente e amplamente desconstruída, explicando e identificando de forma clara e perceptível aos espectadores / utilizadores as falácias utilizadas;

# VENCER O FUTURO



- » Criação de um conjunto de parcerias com várias personalidades de reconhecida notoriedade social, ditos “influencers” para a promoção de uma cidadania ativa e escrutinadora, bem como para dissipar preconceitos e falsas-verdades;
- » Obtenção de um maior investimento na Entidade Reguladora para a Comunicação social, dotando-a dos recursos / técnicos necessários para uma efetiva regulação dos órgãos de comunicação social;
- » Incentivo aos Municípios a integrar a Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, a qual tem como objetivo, nomeadamente, refletir e debater os Princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- » Promoção da Educação para a Cidadania em complementaridade com um Plano Nacional da Literacia Democrática com campanhas de informação sobre factos históricos relacionados com a conquista do sistema democrático e promoção da cidadania europeia como um meio de defesa contra as tentativas demagógicas de ataque às Instituições democráticas europeias;
- » Realização de projetos que promovam uma maior aproximação entre a comunidade educativa e os seus eleitos

(deputados municipais, deputados regionais, membros da assembleia da república, eurodeputados).

### **UMA DEMOCRACIA DE CONFIANÇA (E COM CONFIANÇA) NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

Apesar do amadurecimento do sistema democrático constitucional, ao longo de 46 anos, começamos a sentir na sociedade civil um certo mal-estar generalizado, uma falta de confiança nas instituições democráticas.

Se por um lado, sentimos um questionamento gritante do Estado de Direi, das suas instituições e bem assim de quem, em cada momento, as ocupa e exerce, por outro lado não se verifica que os cidadãos vejam na participação eleitoral uma voz para alterar o status quo, preferindo, ao invés, por se afastar de todo o sistema e processo de renovação democrática.

Existe cada vez mais uma descrença no sistema político que alimenta a opção por partidos que apresentam respostas simples a problemas complexos. Neste sentido, é nosso entendimento que, o regresso do sentimento de confiança dos cidadãos relativamente às instituições democráticas, passa invariavelmente, por uma conduta em que estas respondem – na sua atividade – aos problemas concretos das pessoas, seja na dimensão do poder legislativo, seja no âmbito



de atuação do poder executivo, seja – frise-se, não menos importante – no âmbito do poder judicial.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Valorização das Associações de Moradores e outras formas de organização local;
- » Criação de Orçamentos Participativos, como elemento de proximidade e discussão/proposição de soluções, aos vários níveis de organização administrativa nacional;
- » Criação de programas, como sejam (i) “Um dia com...” ou (ii) as “Assembleias Municipais Jovens”, bem como a promoção de visitas de âmbito escolar às várias instituições democráticas.
- » Adaptação das formas de participação democrática à era digital, através da modernização dos meios de participação, de entre os quais a utilização do e-voto;
- » Defender o alargamento do exercício do direito de voto a partir dos 16 anos;
- » Estudar uma proposta de reforma do sistema político e eleitoral que estabeleça uma solução de compromisso entre

a proporcionalidade da representação política e a proximidade entre eleitos e eleitores;

- » Criação de “consultas ao cidadão online”, em determinadas políticas públicas económico-financeiras, bem como socio-culturais, que os órgãos deliberativos e executivos entendam deixar à consideração dos seus representados.

### **UMA JUSTIÇA DE CONFIANÇA**

O acesso à Justiça é um direito fundamental através do qual o Estado assegura que a todos é conferida proteção por parte dos Tribunais para garantia das posições que o Direito lhes concede.

O estado atual da Justiça em Portugal tem sido alvo de críticas constantes dos que a integram, sejam juízes, procuradores, oficiais de justiça ou advogados, e, assim como daqueles que mais dela necessitam: os cidadãos e as empresas.

Mas o problema não se coloca apenas na sala do Tribunal ou do Ministério Público, sendo muitas vezes a montante que está assente a sua raiz. Estatisticamente, nos últimos três anos (2017-2019), e no que toca a crimes ligados à corrupção, foram iniciados mais de 1700 processos-crime e apenas 87 destes fizeram o seu curso até à sentença,



sendo que a duração média dos julgamentos foi de 12 meses.

As medidas de reforma da justiça constitucional encontram, em sede de anunciados projetos de revisão constitucional, uma porta aberta que cabe explorar, e cumpre à Juventude Socialista oferecer o seu contributo numa reforma que é absolutamente estrutural e cada vez mais necessária.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO, PUGNANDO POR:**

- » Encorajamento da utilização de linguagem clara na legislação como forma de aumentar a literacia jurídica dos cidadãos e a possibilidade de acederem e conhecer as normas que os vinculam, bem como definir procedimentos que consigam cumprir esta finalidade;
- » Aprofundamento de uma política de codificação legislativa, evitando legislação dispersa e avulsa, promovendo a revogação de diplomas antigos e obsoletos, bem como a republicação dos diplomas vigentes sempre que alterados;
- » Defender a aprovação de um código de legística comum a todas as instituições com poderes legislativos (Assembleia da República, Governo e Assembleias Legislativas Regionais), mediante acordo entre as entidades envolvidas;
- » Promoção de uma política de consulta prévia às empresas, associações e aos cidadãos em geral, prevenindo e colmatando possíveis impactos negativos dos processos de alteração legislativa, e bem assim os benefícios gerados;
- » Criação de um programa europeu de publicação de todos os diplomas nacionais em inglês;
- » Modernização do funcionamento dos tribunais, das conservatórias e a gestão do sistema judicial, capitalizando o sucesso dos projetos-piloto Tribunal+ e formando os recursos humanos;
- » Valorização da utilização de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, tornando-os mais acessíveis aos cidadãos, nomeadamente expandindo o âmbito das cláusulas arbitrais a favor do foro do CAAD, em matéria administrativa;
- » Flexibilização do acesso a mandatário no âmbito do Sistema de Acesso ao Direito, revendo os procedimentos relevantes junto do Instituto da Segurança Social;
- » Revisão substancial dos honorários por patrocínio no âmbito do Sistema de Acesso ao Direito;
- » Diminuição da burocracia existente na Justiça, através da simplificação



processual, mas sem nunca conceder quanto à diminuição das garantias no processo;

- » Aumento significativo do investimento no sistema de justiça, nomeadamente, através da dotação de mais meios aos tribunais e aos órgãos de polícia criminal;
- » Garantia de uma transposição criteriosa da Diretiva de proteção de denunciantes;
- » Participação responsável no debate sobre a introdução no sistema jurídico nacional da “delação premiada”;
- » Introdução no ordenamento jurídico da figura da queixa constitucional (recurso do amparo) e do reenvio prejudicial ao Tribunal Constitucional para melhor garantia dos direitos fundamentais;
- » Promoção da clareza das exigências previstas no Código dos Contratos Públicos e demais legislação análoga;
- » Consolidação e desenvolvimento da experiência, já em curso, de avaliação da permeabilidade dos diplomas legislativos aos riscos de fraude, corrupção e infrações conexas, consagrando a obrigatoriedade de avaliação prévia fundamentada das medidas de política na ótica da prevenção da corrupção;
- » Reforçar a Polícia Judiciária e garantir laboratórios de Polícia Científica robustos, essenciais no combate ao crime, com mais meios humanos e com recursos tecnológicos de ponta, que aumentem a capacidade de resposta nas investigações, para que tenhamos decisões céleres e justas.

06



# SAÚDE MENTAL



## 1. PROBLEMA DO ESTIGMA SOBRE A DOENÇA MENTAL NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Acreditamos que para agir de forma concertada no âmbito da saúde mental, e muito particularmente junto dos mais jovens, durante a infância e adolescência, é preciso cerrar fileiras ao estigma. Se a saúde mental era, até recentemente, estigmatizada e uma das vertentes mais ignoradas pela sociedade, a pandemia atual do novo coronavírus tornou o assunto impossível de ignorar.

A estigmatização e ostracismo das pessoas com transtornos mentais são ainda dos principais problemas com que se deparam os jovens que procuram ajuda psicológica. E, não raras vezes, constituem motivo para adiar ou recusar acompanhamento especializado. A taxa de suicídio na adolescência tem vindo a aumentar, sendo a 2ª causa de morte em jovens no ano de 2019. Nos mais novos, o suicídio ocorre normalmente em jovens deprimidos, podendo estar presentes outros transtornos de saúde mental ou até física, passando muitas vezes despercebido aos olhos dos professores, pais e pares, sem

formação/literacia para identificar, sensibilizar e recomendar ações de intervenção.

Urge, assim, desmistificar a doença mental através da informação e educação, sem as quais não é possível combater o preconceito.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Realização de um Programa Nacional de Literacia em Saúde Mental. Este programa deve enquadrar-se dentro do já existente “Programa Nacional para a Saúde Mental” e ser elaborado com os contributos de várias entidades (i.e., responsáveis do Programa Nacional de Saúde Mental, Direcção Geral de Saúde, Ministério da Saúde, Ordem dos Psicólogos Portugueses e Ordem dos Médicos).
- » Inclusão da Saúde Mental como matéria a ministrar na disciplina de Educação para a Cidadania. O seu ponto de partida será desmistificar a patologia psiquiátrica, consciencializando os jovens para a sua existência.

# VENCER O FUTURO



- » Apoio aos profissionais das Escolas dando-lhes mais competências que lhes permitam sinalizar, mais precocemente, potenciais distúrbios psicológicos nos alunos, providenciando aos Professores e aos Auxiliares de Acção Educativa formação específica em saúde mental
- » Criação de campanhas que visem desmistificar o papel do Psicólogo, contribuindo para que se encare o recurso a estes profissionais com naturalidade, à semelhança do que acontece com o recurso a médicos de clínica geral quando nos deparamos com problemas físicos.
- » Realização de um novo estudo epidemiológico da população que permita atualizar os dados existentes (do programa nacional para a saúde mental (2016))

## **2. FALTA DE INVESTIMENTO EM CAMPANHAS DE PROMOÇÃO/PREVENÇÃO DA SAÚDE MENTAL**

Quando falamos de saúde mental falamos de uma componente da nossa saúde que não é estática nem estanque. Por essa razão, sofre flutuações naturais ao longo da vida que por vezes ocasionam desequilíbrios que necessitam de ser devidamente acompanhados. Quando o acompanhamento e intervenção é feito de forma precoce podem prevenir-se problemas futuros e há uma maior capacidade de reinserção em casos graves e crónicos.

Neste período de pandemia que enfrentamos, a necessidade de promoção da saúde mental torna-se ainda mais premente: estudos comparativos indicam que, no passado, surtos como a síndrome respiratória aguda (SARS), em 2003, e a epidemia do Influenza A (H1N1), fizeram disparar transtornos psicológicos na população tais como a ansiedade, o stress e a depressão.

Em Portugal, já temos dados que revelam que metade da população se sente psicologicamente afetada pela pandemia da Covid-19. Sabemos também que Portugal é o 2º país europeu com maior prevalência de doenças psiquiátricas e o 5ª país da OCDE com maior consumo de psicofármacos para combater problemáticas como a ansiedade e a depressão. Por outro lado, sabemos que a taxa de suicídio na faixa etária dos 15 aos 24 anos, que compreende a adolescência, é de 3 para 100.000, sendo a segunda causa de morte nos jovens em Portugal (mais prevalente em indivíduos do sexo masculino).

Estes dados evidenciam assim que existe uma lacuna profunda no que respeita à prevenção, diagnóstico e acompanhamento.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Reforço do investimento em projectos de investigação científica em psicologia e saúde mental.



- » Reforço do orçamento para projetos na área da Psicologia e outras áreas relacionadas e promoção da estabilidade dos vínculos laborais dos investigadores que trabalham nas instituições de I&D portuguesas e que se deparam com níveis de precariedade laboral alarmantes.
- » Realização de campanhas de prevenção/promoção para uma maior sinalização de potenciais casos problemáticos nos mais diversos sectores, em especial sobre as perturbações de ansiedade e de humor, tal como a Depressão Major, que são das tipologias de doença mental mais frequentes na sociedade portuguesa
- » Reforço em 50% do número de ações no âmbito do Programa Nacional de Promoção da Saúde Mental e prevenção de doenças mentais.
- » Criação de um Programa Nacional de Promoção de Competências Sócio-Emocionais na escolaridade obrigatória, que possa dotar as crianças e jovens de competências maior para gerir as suas emoções, expectativas e relações interpessoais.
- » Expansão das deduções em sede de IRS para despesas relacionadas com o desporto;
- » Criação de comissões de coordenação regional constituídas por Psicólogos Escolares, ao nível das Direções Regionais de Educação, que supervisionem a aplicação dos programas de promoção da saúde mental nas Escolas.
- » Incentivo para que o Estado financie ONGs e associações que trabalham na área da saúde mental, para que também elas se capacitem e ganhem recursos para contribuir para a prevenção e promoção da saúde.

### 3. DIFICULDADES NO ACESSO A ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO ESPECIALIZADO

Não só em Portugal, como em cerca de 93% dos países de todo o mundo, os serviços essenciais de saúde mental acabaram por ser interrompidos durante a pandemia, no momento em que mais se tornaram indispensáveis à população. Os custos totais com problemas de saúde mental, que incluem quer a despesa com o sistema de saúde e segurança social, mas também com a baixa produtividade dos trabalhadores e o desemprego, chegam a atingir 4% do produto interno bruto dos países europeus, mas em Portugal o investimento na saúde mental é ainda demasiado baixo, especialmente dado o peso social e económico que a doença mental acarreta.



Os problemas são diversos: há um déficit enorme de psicólogos nos vários contextos de actuação, não há mecanismos bem organizados e céleres de resposta com baixo custo para os cidadãos, há pouca articulação dos cuidados de saúde primários com os cuidados especializados de saúde mental, etc. Assim, promover a saúde mental e aumentar o acesso a tratamento para aqueles que apresentam sintomatologia psicológica tem de ser uma prioridade.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Democratização do acesso ao acompanhamento psicológico através da criação da figura do “Psicólogo de Referência”, à semelhança da figura do Médico de Família, ao qual qualquer cidadão possa recorrer por intermédio do SNS pagando apenas (e se aplicável) uma taxa moderadora.
- » Aumento do número de Psicólogos (profissionais com competências certificadas pela Ordem dos Psicólogos) nas Escolas, nas prisões, mas sobretudo nos Centros de Saúde e Hospitais. O SNS precisa de duplicar o rácio atual de psicólogos por cada 100.000 habitantes para ter as condições necessárias para a prestação de serviços.
- » Reestruturação dos serviços de psicologia nos hospitais e centros de saúde, dando-lhes a autonomia necessária face à psiquiatria.
- » Aumento do número de estágios profissionais de psicólogos no SNS, para que os psicólogos que terminaram a sua formação académica possam aceder a estágio profissional concedente a cédula profissional e possam adquirir contratos de trabalho.
- » Inserção de psicólogos e enfermeiros especializados em saúde mental nas equipas de saúde escolar que fazem o acompanhamento das comunidades escolares, incluindo na orientação vocacional dos alunos nos anos prévios a transições/escolhas escolares.
- » Criação do cheque-Psicólogo à semelhança do cheque-dentista, válido por um período de 24 meses, e alargado a todas as faixas etárias que permita auxiliar as famílias com despesas relacionadas com serviços de avaliação, acompanhamento e tratamento de problemas do foro mental.
- » Campanha para que o SNS passe a oferecer check-ups anuais, gratuitos de psicologia aos seus utentes.



- » Aumento do registo dos utentes com perturbações do foro psicológico ou psiquiátrico nos sistemas de informação (SClínico) no SNS.
- » Implementação de um sistema de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental e aumento da integração em programas de reabilitação psicossocial de indivíduos com perturbações mentais graves, quer sejam crianças, adolescentes ou adultos.
- » Aumento da formação aos médicos, por intermédio da Ordem dos Médicos, para que estejam mais capacitados para fazer triagem de casos dos Cuidados primários para especialistas.
- » Manutenção de forma definitiva o Serviço de Aconselhamento Psicológico na linha SNS24, que foi criado no âmbito do pacote governamental de medidas para a Covid-19, com o reforço do número de profissionais a prestar apoio.
- » Aumento do apoio psicológico a cuidadores informais, que sofrem um desgaste psicológico brutal, e ainda uma referência ao apoio a indivíduos com doenças incapacitantes).
- » Criação de um programa de apoio específico para famílias a passar por um processo de luto associado a fatalidades por Covid-19, que contemple consultas regulares de psicologia e medicina geral nos 12 meses subsequentes à perda.
- » Adicionalmente, no que respeita aos beneficiários da ADSE, consideramos que se deve pugnar por:
  - eliminar a necessidade da existência de uma prescrição médica para que possa haver reembolso por “Consulta Psicológica de Grupo ou Afim (A)”;
  - alargar o espectro de aplicação do reembolso - que hoje se restringe a consultas de Psicologia Clínica -, a consultas de Psicologia Educacional;
  - fazer equivaler a % do reembolso por unidade (i.e., consulta) em Psiquiatria (80%) à das Consultas Psicológicas de Grupo ou Afim (75%) e aumentar o teto máximo (em valor bruto) da última categoria (que neste momento se situa em 9,33€).

**RELATIVAMENTE À SAÚDE MENTAL NA MATERNIDADE, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Reversão de todas as alterações restritivas ao acompanhamento de grávidas e



mães introduzidas durante o período de pandemia.

- » Reforço das medidas de apoio às recém-mães no sentido de prevenir a emergência da depressão pós-parto que tem impactos sérios quer na saúde materna quer no neurodesenvolvimento do bebé.

#### **RELATIVAMENTE À SAÚDE MENTAL NA 3ª IDADE, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Aumento do apoio domiciliário a idosos, devendo as equipas de saúde comunitária que se dirigem ao domicílio dos utentes idosos integrar um psicólogo.
- » Aumento da regulamentação relativamente às residências e unidades que recebem estes utentes, garantindo que haja uma equipa multidisciplinar composta por enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas e médicos, em permanência, nas Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) e Unidades de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) com um rácio de 1 profissional (de cada categoria profissional) para cada 25 utentes.

#### **4. FALTA DE APOIO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO LABORAL**

Além do custo humano e societal assinalável, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020) estimou que a falta de saúde psicológica no trabalho e os riscos psicossociais decorrentes dele representam uma perda de produtividade no valor aproximado de 329 milhões de euros, por ano, em Portugal.

Em contexto laboral, os jovens recém-licenciados, aquando do primeiro emprego e sem experiência são, em alguns casos, vítimas de assédio moral (mobbing), Há outro conjunto de problemas que emergem no contexto laboral, afetando todas as idades, e que são cada vez mais frequentes, como o stress, a fadiga, a falta de apoio, horários desregulados, burnout e dificuldades na avaliação dos riscos do trabalho, entre outros.

Entendemos que há, assim, uma necessidade urgente de diminuir os riscos psicossociais inerentes ao trabalho que impactam de forma profunda quer trabalhadores e colaboradores, quer organizações.

#### **PARA IR DE ENCONTRO A ESTAS PROBLEMÁTICAS, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Criação da figura do “Psicólogo do Trabalho”, que passa pela obrigatoriedade



da inclusão de psicólogos nas equipas de Medicina do Trabalho, que poderão ser facultados que pela contratação de psicólogos para as organizações, quer através de outsourcing.

- » Alteração da legislação vigente para incorporar a obrigatoriedade por parte das organizações (do sector público, privado e social) de executarem avaliações dos riscos psicossociais no local de trabalho anualmente e, formularem planos de prevenção e intervenção nos fatores psicossociais em contexto laboral. Deve também ser criado um estímulo financeiro para que as organizações possam criar estes planos de avaliação de riscos psicossociais.

07



# IGUALDADE E DIREITOS



O combate às desigualdades, pela sua dimensão humana e social é uma causa que merece atenção transversal em vários domínios, designadamente, no contexto escolar, laboral e social. Essas desigualdades revelam preconceito e intolerância, em função da raça ou etnia, da crença, da orientação sexual ou da identidade e expressão de género. É necessário travar um combate acérrimo em nome da democracia, da dignidade humana e da liberdade.

## IGUALDADE DE GÉNERO

Uma das grandes problemáticas da desigualdade entre homens e mulheres assenta em **questões laborais**. As mulheres ganham menos (14,5%, em média, segundo estudo da CGTP de 2020) para as mesmas funções, trabalham mais horas (considerando horas de trabalho não pago (tarefas domésticas) a jornada de trabalho das mulheres é, em média, superior à dos homens em 1 hora e 13 minutos), em empresas privadas e na administração pública, as mulheres têm menor probabilidade de ocupar cargos de chefia, embora o número de mulheres com

habilitações superiores seja maior ao dos homens.

**Relativamente à vida familiar**, verifica-se que as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pela execução de tarefas domésticas e de cuidado da família, visão essa que muitas vezes existe desde a infância.

Intrinsecamente associada às questões de precariedade e desigualdade laborais encontra-se a **violência de género**. Em 2019, morreram 26 mulheres vítimas de violência doméstica, estas realidades assentam no machismo estrutural que apesar dos avanços ainda subsistem na nossa cultura. As recentes decisões judiciais de alguns tribunais permitiram perceber, que na justiça e administração pública existem ainda agentes perpetuadores dessa desigualdade.

## **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Obrigatoriedade de licença parental** de forma a reduzir a discriminação na contratação e baixos salários das mulheres,

# VENCER O FUTURO



bem como a garantia do direito à família para ambos os géneros.

- » Criação de meios de fiscalização, para a verificação, em contexto laboral, do cumprimento de cotas género nas administrações das empresas uma vez que o acesso de mulheres a cargos de chefia, não é apenas uma garantia de liberdade económica mas também de representação nos mais jovens dessa possibilidade.
- » Fomento de workshops e ações de formação nas empresas para a consciencialização da paridade acerca das oportunidades de género;
- » A criação de atividade extra-curriculares, no âmbito das tarefas domésticas, envolvendo a toda a comunidade escolar;
- » Incremento das ações de formação de todos os magistrados, juristas, advogados e forças de segurança sobre a problemática da violência de género, para uma intervenção eficaz na condução dos casos;
- » Alargamento dos Planos Municipais de Igualdade, garantindo direitos em todos os planos de acção municipal, complementando as respostas nacionais com as locais;
- » Um plano de distribuição e acesso gratuito a produtos de higiene íntima menstrual, nos centros de saúde, com particular preferência para a disponibilização do copo menstrual, pela sua durabilidade e sustentabilidade, de forma a suprimir desigualdades socioeconómicas na aquisição de bens básicos de saúde.

### Direitos LGBT+

A comunidade LGBT+, continua nos dias de hoje, a ser uma das comunidades mais discriminadas no seio da sociedade portuguesa. Discriminação motivada pelo ódio, por preceitos morais e éticos desajustados, necessitando de respostas que promovam o respeito e a dignidade e sobretudo a proteção das pessoas LGBT+.

No estudo “The case of Portugal’s rental market”, de Filipe Gouveia, Therese Nilsson e Niclas Berggre, é referido que probabilidade de um casal composto por dois homens receber uma resposta positiva a um pedido de arrendamento é entre 23% e 26% mais baixa, quando comparada com casais de sexos opostos, com maior incidência nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Em relação à comunidade trans, a situação de desigualdade no acesso a cuidados médicos é especialmente grave, tendo a mesma



necessidade que as pessoas cis de fazer testes a DSTs e ISTs, de acesso a consultas de planeamento familiar e de saúde sexual e reprodutiva, de realização de exames físicos, psicológicos e psiquiátricos, entre outros, passam ainda por **processos de reatribuição sexual** (por meio de cirurgias e de tratamentos hormonais).

A Unidade de Reconstrução Génito-Urinária e Sexual (URGUS) de Coimbra é o único estabelecimento do SNS que realiza cirurgias de redesignação sexual em pessoas trans, o que obriga o/a utente, por vezes, a percorrer uma enorme distância para ter consultas, despendendo recursos próprios, o que acentua diferenças sociais. As listas de espera e a duração do processo gera danos físicos e psicológicos, por vezes irreversíveis, a esta comunidade, que apresenta índices elevados de problemas relacionados com a saúde mental (depressão e ansiedade).

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Isenção de todas as taxas de atualização dos dados, inerentes ao processo da mudança de género.
- » Criminalização das “terapias de conversão sexual”.
- » O reforço da fiscalização do assédio no

**arrendamento**, prevista na Lei 13/2019, e de medidas de proteção a casais homoafetivos, prevendo a ilegalidade de discriminação por parte dos senhorios no arrendamento do seu património a inquilinos LGBT+.

- » Promoção do aumento do **conhecimento sobre as orientações sexuais não-hétero e sobre identidades de género não-cis por parte dos profissionais de saúde, uma vez que esse desconhecimento constitui um entrave na prestação de cuidados de saúde** a esta comunidade.
- » **Garantia que as clínicas com Unidades Reconstrução Génito-Urinária e Sexual tenham uma endocrinologia especializada para situações em que os bloqueadores hormonais vão ser utilizados em utentes a entrar na fase da puberdade,**
- » Criação de uma lista de espera exclusiva para pessoas trans na URGUS, o enquadramento das terapias hormonais e outros procedimentos médicos de redesignação sexual como vitais/de urgência e a aplicação de uma linguagem de género neutra em bases de dados hospitalares, de forma a que pessoas trans não sejam impedidas de aceder a certas consultas que, por norma, são para o género oposto (por exemplo, a ginecologia).



- » **Inclusão da saúde LGBT+ nos planos curriculares de cursos ligados à saúde** (enfermagem, medicina, psicologia, psiquiatria, entre outros) e a formação de profissionais de saúde sobre saúde LGBT+.
- » Promoção do uso de linguagem neutra de gênero nas bases de dados hospitalares, de forma a que pessoas trans não sejam impedidas de aceder a certas consultas que, por norma, são para o género oposto.
- » **Maior divulgação de mecanismos de denúncia de homofobia e crimes de ódio**, como é exemplo o UNI-FORM, e de instituições/associações que prestam apoio permanente à comunidade.
- » **Criação de uma linha de apoio à comunidade LGBT+, promovida pelo Governo, bem como a criação de uma Rede Pública de Centros Temporários de Acolhimento para vítimas LGBT+**, como é exemplo a Casa Qui, em Lisboa. Uma vez que a natureza pública garante a escolha democrática, inclusiva e generalizada a esta proteção.
- » **Revisão dos conteúdos programáticos da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento**, como ferramenta de apoio à inclusão e não discriminação, bem como uma melhor formação por parte dos professores que a lecionam, procurando eliminar tabus.
- » **Reforço do apoio psicológico e social para crianças e jovens LGBT+**, seja através dos Centros de Saúde, seja através dos psicólogos escolares, mas principalmente, através da contratação de técnicos ligados à psicologia clínica, psicoterapia infantil, psiquiatria, terapeutas familiares e assistentes sociais, que são os profissionais indispensáveis ao acompanhamento, em especial, das crianças e jovens.
- » **Acompanhamento regular do desenvolvimento da identidade de género e na garantia de realização de terapias familiares, psicoterapias individuais e de atividades de grupo que envolvam as crianças/jovens** e os seus pais, por parte do SNS, podendo o mesmo desenvolver parcerias para o efeito com Associações de referência como a AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual.
- » **Promoção de uma maior atuação e fiscalização da diretiva comunitária 2000/78/CE**, relativa à igualdade de tratamento no emprego, fomentando, junto da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), um maior rigor na



fiscalização e promoção. Além disso, é importante a criação de um Manual de Boas Práticas para Empresas para questões de género e questões LGBTQ+, a fim de assegurar a plena inclusão no contexto laboral.

- » **Criação um mecanismo de apoio financeiro a empresas, semelhante ao que existe para os jovens no IEFP**, de forma a estimular o acesso ao mercado de trabalho e a progressão nas carreiras de pessoas trans.

## POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A inclusão e promoção dos direitos fundamentais de pessoas com deficiência, é uma prioridade para a Juventude Socialista. O censo de 2001 contabilizava em Portugal 636.059 pessoas portadores de deficiência, seja esta de natureza auditiva, visual motora, mental, paralisia cerebral ou outra.

Neste conjunto muito alargado de pessoas, persistem ainda graves desafios no acesso ao território, à mobilidade, à educação e ao emprego. **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Integração da Língua Gestual Portuguesa nos currículos disciplinares**, desde a creche/infantário/ensino básico. Ou, pelo menos, no ensino básico/secundário, como disciplina opcional.

- » **Melhoria/Construção de infraestruturas de acesso às praias, designadamente aos areais, que permitam às pessoas com deficiências motoras usufruir das mesmas.** Em Portugal, existem apenas uma/duas praias com as condições necessárias para que possam ser frequentadas por pessoas com deficiências motoras. Consideramos que esse acesso deva ser generalizado, compulsando os concessionários a criarem corredores de acesso, passadiços em cimento até ao mar e a disponibilizarem cadeiras flutuantes;

- » **Renovação da rede de transportes públicos**, bem como das próprias infraestruturas das Estações, nomeadamente as de metropolitano, por forma a eliminar as barreiras físicas a uma circulação autónoma de pessoas com deficiência motora;

- » **Conciliação, em todo o território nacional, da calçada portuguesa com pavimentos mais “amigos do peão”**, tais como as faixas de pavimento liso;

- » **Garantia do cumprimento de eliminação das barreiras arquitetónicas nas infraestruturas da via pública (edifícios) que apesar de esta proposta já ter saído em decreto lei, muitas vezes não é cumprido e continua a constituir uma barreira para pessoas com algum grau deficiência.**



## COMBATE AO RACISMO E XENOFOBIA

O combate à discriminação racial, étnica e religiosa tem sido território de acção da Juventude Socialista na luta pela igualdade de todos os cidadãos e habitantes. Apesar de vários estudos sociológicos apontarem diversas formas de discriminação penal, económica e piores condições de vida, não existem verdadeiros dados estatísticos nacionais uma vez que não é incluído registo quanto à etnia.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » Apoio à **edificação/reconstrução de habitações**, em zonas rurais e áreas urbanas, por forma a garantir, a esta faixa populacional, o acesso à habitação salubre e digna.
- » Contribuir para a sua efetiva integração na sociedade, abandonando-se a figura dos tradicionais “bairros sociais”, que acabam por se assemelhar a “ghettos”;
- » **Dinamização de uma campanha**, no âmbito escolar e empresarial, de **consciencialização contra discriminação** nas suas várias formas;
- » Promoção de uma educação alicerçada em valores éticos, como a igualdade, que fomentem o respeito por todos,

independentemente das suas características físicas ou ascendência;

- » Adoção de medidas que estimulem o aumento da presença, nas várias áreas da sociedade, desde a política, à cultura e ao ensino, dos membros das minorias/grupos tradicionalmente marginalizados;
- » Desenvolvimento, no âmbito escolar e cultural, de uma nova abordagem da História de Portugal, garantindo-se um relato justo, com respeito pelos Direitos Humanos, em particular pela Dignidade da Pessoa Humana, em lugar de simplesmente se exortar os feitos portugueses, sem atender ao sofrimento causado para o seu alcance.

### **DIREITO AO ASILO: REFUGIADOS, COMO INTEGRÁ-LOS?**

Os fluxos migratórios de pessoas refugiadas na UE tem-se vindo a agravar de tal forma que é então intitulada como uma Crise humanitária. A JS apresenta neste tema uma postura de defesa de Direitos Humanos, de direitos e oportunidades e não negação do direito ao asilo de pessoas que, pelas mais diversas formas de violação dos seus Direitos, foge do seu país.



## **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Acolhimento e fixação, em zonas de baixa densidade populacional**, como o interior, por forma a, simultaneamente, combater a desertificação e impulsionar a atividade económica local;
- » **Assegurar o acesso à habitação**, salubre e digna, em zonas suscetíveis de contribuir para a sua real integração na sociedade.
- » **Atribuição de vagas e bolsas de acesso ao Ensino Superior para jovens refugiados**, tendo o direito à educação como máxima.
- » **Concessão, mediante cumprimento de injunções, de apoios/microcréditos** para a dinamização da atividade económica;

## **LIBERDADE DE ESCOLHA E AUTODETERMINAÇÃO**

A JS sempre lutou pela valorização e reforço da liberdade de escolha e capacidade de autodeterminação do indivíduo. Apesar das conquistas alcançadas, nomeadamente, a legalização da IVG, a facilitação do acesso à Procriação Medicamente Assistida e a legalização da cannabis para fins medicinais, é necessário não baixar os braços e continuar na defesa por políticas de promoção dos direitos de todos os cidadãos.

O consumo de drogas leves é um problema social complexo, sendo que a proibição nunca terá resultados benéficos e inclusivos, uma vez que é um fenómeno intrínseco à própria realidade social, cuja punição ou desprezo só perpetuam e pioram o cenário de toxicod dependência, economia paralela, crime organizado e saúde pública.

O **trabalho sexual** apesar não ser ilegal carece de regulamentação e enquadramento jurídico, o resultado desta omissão é ausência de proteção dos trabalhadores do sexo, que está associado a violência, risco para saúde física e mental, e ausência de acesso a um sistema de penções.

As condições para a legalização da prática da morte medicamente assistida não punível devem resultar de uma leitura atenta e fundamentada dos parâmetros constitucionais convocados para esta matéria que permitam balizar de forma segura a construção de um consenso, o mais alargado possível, em sede parlamentar e junto da sociedade portuguesa. Consideramos que a dignidade da pessoa humana como valor primeiro da nossa República conhece uma construção de reconhecimento ao indivíduo de autodeterminação da sua vida e recusamos caminhos únicos para a sua definição.

Desde 2014 que existe o Registo Nacional do Testamento Vital, consistindo numa



plataforma informática onde os médicos podem aceder e conhecer a vontade dos pacientes em final de vida, agindo de acordo com esse registo. No entanto, continua a existir um amplo desconhecimento sobre os procedimentos a seguir.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Legalização e regulamentação do consumo e produção de drogas leves, principalmente a cannabis, para jovens com mais de 18 anos.
- » A criação de *coffeeshops*, uma vez que no mesmo local estariam os vários produtos para venda recreativa, com as respectivas informações e precauções de utilização, com a possibilidade de consumo dentro do espaço sem restrições.
- » Permissão do consumo de drogas leves ao ar livre, desde que longe de crianças e com o consentimento dos membros envolventes.
- » O aumento das “salas de consumo assistido” para drogas pesadas por uma questão de saúde pública, garantia de dignidade e segurança, mantendo o princípio de ajuda e tratamento e não de estigmatização e punição.
- » Regulamentação do trabalho sexual, protagonizando a defesa do progresso e pelo princípio da liberdade individual. Acima de tudo, lutamos pela proteção laboral de todos os trabalhadores, de modo a combater todos os tipos de exploração violenta e machista ainda existentes na nossa sociedade, garantindo direitos fundamentais.
- » Combate ao estigma dos profissionais do sexo, o que será garante de maior dignidade e proteção social.
- » Combate à precarização dos profissionais do sexo, assegurando a proteção laboral através da consagração do estatuto de profissional liberal ou da criação de cooperativas de trabalhadores do sexo, nunca permitindo a exploração capitalista desta atividade.
- » Promover a prestação do trabalho sexual em locais seguros, de maneira a que estes trabalhadores tenham a garantia do consentimento e autodeterminação sexual, nomeadamente, contra predadores sexuais.
- » A legalização da prática da eutanásia em circunstâncias específicas, concretamente, nos casos em que os cidadãos, na posse das suas plenas capacidades mentais e psicológicas, optem, de forma



consciente, pela decisão de colocarem termo à vida, não desejando prolongar o sofrimento inerente a um estado ou doença permanentes.

- » A criação de campanhas de informação e divulgação acerca do Testamento Vital.
  
- » Melhoria do regime jurídico da gestação de substituição, previsto na Lei n.º 32/2006, de 26 de julho que regula, também, a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida (PMA), por exemplo através da garantia de que as gestantes de substituição, em regime de voluntariado, sejam apoiadas pelo Estado no que diz respeito, pelo menos, às custas médicas decorrentes desta condição.

08



# TRANSIÇÃO DIGITAL



## 1. TRANSIÇÃO DIGITAL PARA A REFORMA EDUCATIVA

A estagnação dos métodos de ensino tradicionais durante o período da crise financeira contrasta com a evolução do conhecimento digital por parte dos mais jovens.

As crianças e jovens de hoje são muito diferentes daqueles que os antecederam, mas o ensino mantém-se praticamente inalterado no que a metodologias e ferramentas diz respeito. Neste momento, Portugal é o país da UE que apresenta a segunda maior taxa de abandono escolar precoce (28,7%), sendo apenas ultrapassado por Malta (36,9%). Há múltiplos desafios: o facto de os professores não estarem dotados das ferramentas mais atuais, nem preparados para as utilizar, aliado a uma desatualização de conteúdos.

Dado que a larga maioria das profissões que existirão em 2030 não foram ainda criadas, o sistema de ensino deverá maximizar a flexibilidade e adaptabilidade dos alunos face aos desafios do seu futuro enquanto pessoas e trabalhadores.

## PARA IR DE ENCONTRO A ESTAS PROBLEMÁTICAS, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » Promoção de novas disciplinas ligadas às tecnologias e pensamento crítico desde muito cedo e formar professores que sejam mais aptos para as ensinar.
- » Aposta forte na educação ao longo da vida para o desenvolvimento de novas competências, com vista a combater o desemprego tecnológico e a desmistificar o digital, sublinhando as potencialidades da Internet.
- » Fomentação da criação de várias “salas do futuro” que sejam tecnologicamente capacitadas e que facilitem a interação do aluno com os materiais didáticos e com os professores.
- » Garantia do acesso aos canais digitais e de comunicação que ainda é atualmente uma grande barreira e fonte de desigualdade entre jovens.

# VENCER O FUTURO



- » Aposta na formação contínua dos docentes, para que se mantenham atualizados dos conteúdos e que aumentem significativamente todos os meios que dominam para passar a informação e educar.
- » Garantia de que em todas as escolas públicas a oferta de disciplinas que promovam a literacia digital e a aprendizagem virada para a resolução de problemas em contexto curricular
- » Alteração do código tributário, para que inclua ferramentas básicas digitais como despesas passíveis de serem dedutíveis em IRS para jovens trabalhadores (ou IRC, caso sejam para empreendedores jovens), abrangendo cursos online, programas e aplicações educativas nas mais variadas formas ou atribuindo de cheques de tecnologia para a compra de computadores
- » Realização de acordos com as principais empresas de telecomunicações, para que haja acesso à rede móvel e fibra ótica em todo o território nacional.
- » Promoção da disponibilização dos materiais utilizados pelo professor em plataformas on-line em plataformas de e-learning e a criação de um repertório de conteúdos da RTP Play das aulas da telescola.

- » Possibilitação da requisição de computadores portáteis da mesma forma que hoje em dia se requisitam livros é de elevada premência.

## **2. TRANSIÇÃO DIGITAL PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SMART CITIES**

Não obstante da evolução acelerada que se verifica na transferência de serviços administrativos para a esfera do digital, muitos procedimentos permanecem excessivamente burocráticos, presos a formas de funcionamento obsoletas e pouco céleres, quando poderiam ser disponibilizadas alternativas online. Contudo, a informatização de dados pessoais do cidadão nunca poderá deixar de lado o respeito pela proteção da privacidade de cada indivíduo.

### **TORNA-SE URGENTE A APOSTA NA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Revitalização das aplicações programadas pelo Estado, otimizando o seu desenho e funcionalidade de modo a que as suas interfaces sejam simples e adequadas às necessidades dos cidadãos.
- » Aproximação dos cidadão da política e da atividade parlamentar, proporcionando



condições para o adequado escrutínio daqueles que são eleitos para nos representar.

- » Criação de espaços públicos em diversas regiões do país, nomeadamente no interior, onde seja possível desenvolver atividades do Estado online com apoio de profissionais. Por exemplo, telemedicina, segurança social ou finanças garantindo assim que ninguém é deixado para trás. Pretende-se, deste modo, recuperar o modelo “Espaço Cidadão Móvel”.
- » Criação do PCU – Ponto de Contacto Único do Cidadão, concentrando toda a informação que possa ser útil ao cidadão (desde servir como título de transporte, a verificar tempos de espera nos serviços públicos, medir níveis de CO2 ou saber os dias de recolha dos contentores, etc)

O conceito de smart city, tem-se afirmado como um modelo de boas práticas de desenvolvimento urbano. Esta realidade pode representar uma forma de colocar o progresso tecnológico ao serviço da melhoria das condições de vida nas cidades. As smart cities podem ter um papel importante para regular o ambiente nos edifícios, tornando os consumos de energia mais eficientes. **DESTE MODO, VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Inclusão de características deste modelo de organização urbana em cidades do nosso território nacional, desenhando-as em verdes tons de progresso.
- » Criação de uma identidade digital, que permita gerir todo o processo educativo de forma desmaterializada, que archive o histórico de classificações e permita gerir procedimentos básicos e considerados relevantes (por exemplo, matrículas, pedidos de certificados e diplomas, escolha de disciplinas opcionais ou consultas de horários e notas)

### 3. LITERACIA E COMPETÊNCIAS DIGITAIS

Portugal parte de uma posição desfavorável no que diz respeito às competências digitais: de acordo com o índice DESI (Índice da Economia e Sociedade Digitais), estamos na 21.<sup>a</sup> posição, dos 27 Estados-Membros, quanto ao capital humano, ou seja, às competências que temos enquanto país relativamente à economia e sociedade digital. Temos o dever de garantir que todos os jovens portugueses têm igualdade de oportunidades para desenvolverem estas competências digitais. **POR ISSO, VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Promoção de novos meios, designadamente a ‘ludificação’ (gamification), para aumentar a literacia em saúde e bem-estar apoiada nos programas de saúde da DGS que estão dirigidos aos mais jovens.



- » Criação de um standard mínimo de literacia digital (perfeitamente atingível através de um MOOC - Massive Online Open Course), para preparar a sociedade de modo a que esta consiga lidar com inúmeros problemas do digital (fake news, phishing, spam, burlas online, entre outros), bem como aperceber-se das potencialidades do mesmo.
- » Promoção da literacia para a cibersegurança, utilização e proteção de dados, em ligação estreita entre o Ministério da Educação e o Centro Nacional de Cibersegurança.
- » Apoio a empresas que reforçam as suas competências tecnológicas, por exemplo no âmbito de programas como a Indústria 4.0.

#### 4. ESTADO DE DIREITO DIGITAL

Com o desenvolvimento tecnológico a velocidade de disseminação e a criação de conteúdos atingiram um pico estonteante, que deverá continuar a aumentar com a dependência associada e com avanços tecnológicos como a implementação do 5G, por exemplo. Desta forma, surgem grandes questões: Como e onde serão estes dados armazenados? Por quem e em que circunstâncias poderão ser estes dados consultados? De que forma serão utilizados? Até que ponto queremos ter em funcionamento algoritmos

altamente discriminatórios e que selecionam todo o conteúdo a ser consultado por cada utilizador? Facilmente se verifica a dimensão do potencial problema.

Na indústria tecnológica, verifica-se um mercado com características monopolísticas vinculado a um pequeno conjunto de empresas. Quer para a proteção dos consumidores, quer para a necessidade de outras empresas poderem surgir, **TEREMOS DE VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Regulamentação devida, em linha com a União Europeia, deste mercado digital que transcende fronteiras.
- » Contínua preocupação com a privacidade e a proteção de dados, dentro do espírito do Estado de Direito, incentivando legislação nesse sentido e desenvolvendo mecanismos de supervisão eficientes.
- » Construção de um espaço de armazenamento individual na Infraestrutura Nacional de Dados, onde cada um pode armazenar em cloud aquilo que desejar, dentro dos limites da Lei, com a garantia de proteção do Estado Português.

Alteração dos termos de serviço das empresas, para que separem em diferentes cláusulas de cookies e dados que utilizam, explicando sempre como e para que o fazem, assegurando assim uma navegação pela Internet mais consciente e livre.



- » Atualização e melhoria das regulamentações existentes, aumentando a transparência sobre a utilização de dados pessoais e promovendo uma transferência de controlo para o utilizador sobre os mesmos.

09



# COESÃO TERRITORIAL



O território é de facto transversal a toda e qualquer temática ou proposta, pois representa o espaço de implementação da ideia, independentemente de qual seja. Olharmos para o território de forma unitária, da faixa transfronteiriça do continente às regiões ultra-periféricas insulares, representa um exercício de coesão que reconhece desigualdades e assimetrias em locais onde há um enorme potencial por realizar. Queremos, por isso, neste programa político constituir uma base sólida de propostas para o **desenvolvimento e progresso do nosso país como um todo**, de forma a conseguirmos cumprir com os importantíssimos desígnios que a coesão territorial transporta.

Neste **TEMPO DE AGIR**, não temos quaisquer dúvidas ou equívocos sobre a importância do modelo de gestão territorial e administrativa para estes desígnios. Só com o encetamento do processo de **Regionalização**, dando ferramentas para a execução de uma política pública de ainda maior proximidade, podemos garantir que o poder político esteja ao real serviço do cidadão e do território. É na robustez desta resposta, através dos limites

de uma região, que queremos assentar a nossa base administrativa, cumprindo o postulado Constitucional. **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO PELO/A:**

- » Implementação da Regionalização enquanto modelo ideal de progresso e proximidade;
- » Aumento gradual das competências atribuídas às Autarquias, CIM e CCDR;
- » Análise sobre a reforma do âmbito territorial de algumas CIM e CCDR, aproximando-as das cadeias de valor e do ordenamento sociológico;
- » Encetar a discussão sobre a reforma do modelo distrital.

A **mobilidade**, é indissociável do desenvolvimento territorial, pois é através dela que podemos assegurar vias rápidas e seguras de alcance a todas as regiões, utilizando-as tanto para gerar sinergias nos territórios como para fomentar a competitividade empresarial por via do desenvolvimento de corredores

# VENCER O FUTURO



internacionais. É através da mobilidade que devemos pensar no **eixo infraestrutural**. Não está tudo reabilitado, não está tudo construído e não podemos permitir que se continue a perpetuar esse mito, ignorando a realidade vivida pelas pessoas diariamente em várias regiões.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Recuperação da ferrovia como meio estruturante da mobilidade regional;
- » Fim das portagens como modelo de pagamento das auto-estradas, através da sua redução faseada, com prioridade para as antigas SCUTs.
- » Terminar a construção dos Corredores Internacionais Ferroviários Sul e Norte e da requalificação do IP3 entre Viseu e Coimbra;
- » Reconhecimento do Alentejo enquanto importante desafio ferroviário, rodoviário e aeroviário;
- » Valorização da ligação Bragança – Puebla de Sanabria e ligação daí por alta velocidade ao resto de Espanha;
- » Conclusão do desenvolvimento da rede rodoviária e em particular dos Itinerários

Complementares, enquanto meio de desenvolvimento dos territórios e especialmente dos municípios separados por faixas de montanha.

Portugal é indubitavelmente um país de recursos diferenciados e paisagens deslumbrantes, onde o sol consegue penetrar todos os meses do ano. Importa, por isso, desenvolver parcerias estratégicas entre regiões que possam valorizar o vasto **património natural** de montanha ou rio que se nos atravessa, pugnando pela sua eficiência e autossustentabilidade. Neste âmbito a água deve ter uma importância central para o desenvolvimento da agricultura sustentável e da bioeconomia, enquanto a conectividade sirva de alavanca para um território atrativo e capacitado tanto para o teletrabalho como para a tele saúde.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Urgência de construção de Albufeiras de retenção de água em zonas que ano após ano vivem em regime de seca extrema ou severa.;
- » Valorização do Plano Nacional de Regadios enquanto meio de alavancagem da bioeconomia;
- » Dotação efetiva e a breve trecho de banda larga rápida em todo o território;

# VENCER O FUTURO



- » Partilha de património natural, da sua gestão e proteção no espaço intermunicipal;
- » Organização urgente dos modelos de pesca e silvicultura.

Podemos aglutinar tudo isto em plena harmonia por intermédio da **cooperação luso-espanhola** para o desenvolvimento das áreas de fronteira. A integração de Portugal e Espanha na Comunidade Europeia fez aproximar as estruturas económicas e sociais dos dois países, fortalecendo as relações e esbatendo diferenças históricas entre os dois Estados. Agora é necessário uma agenda em comum que conecte as regiões, que invista em pontes de contacto, que nos aproxime enquanto povo e que dê azo a valorização endógena e crescimento económico. A zona raiana é o centro da península ibérica, devemos ter uma estratégia política com um objetivo muito claro de igualdade de oportunidades para as pessoas e para os territórios.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO PELO/A:**

- » Planeamento conjunto de serviços básicos nos territórios transfronteiriços nas áreas de educação, saúde, serviços sociais, protecção civil;

- » Criação de mais Eurocidades e a valorização deste modelo de cooperação entre cidades;
- » Promoção do trabalho transfronteiriço, instalando serviços de valor acrescentado e incentivando a localização de PME cujos serviços sirvam ambos os lados da fronteira;
- » Dotação de espaços raianos de equipamentos sociais e programação sociocultural como fator.

Tal como no incentivo demográfico e na desconcentração de serviços que tem de se confundir necessariamente com a urgência de repovoar e dar mais poderes às estruturas de proximidade. Temos de promover a mobilidade interna na administração pública ou a possibilidade de o teletrabalho ser uma realidade postulada e não extraordinária, permitindo que todas as regiões possam receber todo o tipo de trabalho e trabalhadores, desde que garantam condições de conectividade. Defendemos ainda a continuidade do apoio financeiro ao regresso dos que partiram, seja através da deslocação profissional ou pelo número de filhos residentes em zonas de baixa e muito baixa densidade populacional.



### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO PELO/A:**

- » Deslocalização de Direções Gerais e Secretarias de Estado para territórios cuja vocação se aproxime mais da sua área de atuação;
- » Deslocalização de entidades de saúde e segurança social de modelo público ou misto;
- » Descentralização de Pólos Universitários para zonas menos povoadas, dinamizar clusters na área da respetiva faculdade (p.e. campus de Gualter da UM ou campus de Idanha-a-Nova do IPCB)
- » Dinamização do teletrabalho na administração pública;
- » Apoio à mobilidade permanente a quem crie o seu próprio emprego em áreas que valorizem o património endógeno e rural;
- » Reforço do Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial “Chave na Mão” e Emprego Interior MAIS no apoio à deslocação para o interior.

O correto ordenamento florestal e o incremento de medidas que valorização dos recursos endógenos são também uma

prioridade clara. Antes de mais, olhar para a floresta como prioridade, garantindo uma gestão equilibrada e multifuncional, onde possam prevalecer espécies autóctones e os usos de eucaliptal tenham espaço em específicas zonas de salvaguarda para clusters ou plataformas empresariais estratégicas. Aqui, devem ser valorizados os programas governamentais já em curso como o de Transformação da Paisagem, onde se destacam os condomínios de aldeias, projeto-piloto de valor imenso que deve ser alargado.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO, PUGNANDO PELO/A:**

- » Revisão do modelo de floresta, apostando em culturas autóctones que estão mais adaptadas às condições do solo e do clima do território, sendo mais resistentes a pragas, doenças, longos períodos de seca ou de chuva intensa, em comparação com espécies introduzidas;
- » Definição de zonas específicas de Eucaliptal para salvaguarda de clusters e das plataformas de exploração florestal;
- » Responsabilização dos proprietários florestais, a par da remuneração justa pelo seu cuidado;
- » Promoção da agricultura urbana através da reabilitação de zonas específicas



das cidades, dando azo ao sentido de comunidade;

- » Reforço dos meios aéreos de combate a incêndios localizados na faixa interior do país;
- » Incremento da guarda florestal ativa e passiva, recorrendo também a mecanismos naturais como gado sapador e apoio à pastorícia.

10



# PODER LOCAL



Como primeiro interface de relacionamento dos cidadãos com o Estado e com as instituições democráticas, é ao nível local que o vínculo entre representantes e representados se faz sentir mais intensamente. É pela maior proximidade com as populações que o poder autárquico será sempre mais eficaz em dar resposta aos problemas correntes da vida quotidiana nas aldeias, vilas e cidades do país, com ganhos de eficiência para a administração pública. A atual crise pandémica e a crise económica dela resultante têm exigido das autarquias um esforço acrescido em diversos domínios como a ação social e na proteção civil, no que constitui o dispositivo de resposta à crise que se encontra em maior proximidade com os cidadãos.

A Juventude Socialista defende um modelo de gestão autárquica que seja inclusivo e participado, isto é, que crie dinâmicas de participação direta e de envolvimento da população nos processos de decisão, valorizando ao mesmo tempo o papel dos eleitos locais, e que tenha um papel decisivo no combate às desigualdades sociais, na eliminação das armadilhas de pobreza e de exclusão

social e que consiga reduzir as assimetrias de desenvolvimento económico e territorial existentes. Um modelo de gestão autárquica, à Esquerda, baseado nos nossos valores e princípios, nunca se poderá compadecer com a desigualdade, construindo projetos inclusivos com e para tod@s.

## **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO, PUGNANDO PELO/A:**

- » **Defender a revisão do Regime de Funções dos Eleitos Locais.** É desejável que se exija o máximo dos autarcas e que estes estejam focados na missão a que se propuseram de livre vontade, mas é necessário criar as condições mínimas à prossecução das suas funções. No caso dos autarcas das freguesias, é preponderante e urgente que todos os Presidentes de Junta do país possam exercer funções a tempo inteiro e/ou a meio tempo, dependendo da dimensão das freguesias. Mas é também absolutamente fundamental que essas verbas sejam asseguradas pelo Orçamento de Estado, face aos poucos fundos disponíveis com que as

# VENCER O FUTURO



freguesias já contam, quer por via do Fundo de Financiamento das Freguesias, quer pelas receitas próprias;

- » **Defender a valorização, como boas práticas autárquicas, de processos e mecanismos participativos** que permitam, por um lado, auscultar e envolver diretamente a população na decisão política, e por outro, qualificar o relacionamento institucional das autarquias com os cidadãos, conferindo-lhe maior proximidade, como o estatuto de petição pública ou a figura do provedor do município, respetivamente;
- » **Garantir a transmissão online das reuniões dos órgãos autárquicos**, para que o atual período pandémico não impeça que os cidadãos acompanhem os trabalhos e que façam o natural e necessário escrutínio sobre o trabalho dos seus eleitos.

Apesar de Portugal ser um dos países europeus com maior grau de centralização política e administrativa, o atual **quadro de transferência de competências** do Estado Central para as autarquias locais – municípios e freguesias – e comunidades intermunicipais pretende inverter esta tendência do Estado centralizador e constitui a maior reforma de descentralização administrativa da democracia portuguesa, tendo sido conduzida num processo participativo e articulado com os

municípios e freguesias, através da ANMP e da ANAFRE. Contudo, a concretização desta reforma coloca novos desafios às autarquias locais, face ao vasto leque de competências que serão transferidas em diversas áreas setoriais.

A alteração à Lei das Finanças Locais, introduzida em 2018, permitiu que o financiamento das autarquias convergisse para a média europeia de participação na receita pública, passando os municípios a ter uma participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, água, gás e eletricidade. Esta alteração legislativa estabeleceu ainda um mecanismo de convergência que permitiu aos municípios e freguesias receberem do Estado o que estariam a receber até 2011, antes do período de ajustamento financeiro, durante o qual os orçamentos das autarquias locais foram globalmente reduzidos em cerca de 260 milhões de euros. Ainda que esta alteração legislativa tenha implicado um reforço financeiro significativo, importa que sejam garantidos às autarquias os recursos financeiros suficientes para que possam exercer as competências transferidas, em particular nos domínios previsivelmente mais densos do ponto de vista financeiro e das necessidades de investimento. Até 2022, o Estado e as autarquias devem preparar-se para a efetivação desta reforma, assegurando que os bens móveis e imóveis, afetos às áreas



cujas competências serão transferidas para as autarquias, sejam inscritos a favor das mesmas e que por elas passem a ser geridos. De igual modo, o regime de organização dos serviços das autarquias locais, bem como o estatuto do pessoal dirigente, terão de ser revistos em função do exercício das novas competências.

Por outro lado, em alguns dos domínios setoriais abrangidos, o processo de transferência de competências não pode tratar as autarquias como meras tarefeiras do Estado, nem se deve reduzir a uma mera delegação administrativa de competências. Para que este processo traduza uma verdadeira descentralização, importa que as competências descentralizadas incorporem uma margem de opção nas políticas e nas decisões a serem tomadas, para que os cidadãos possam escrutinar e avaliar as decisões dos autarcas, tal como o fazem com o governo.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Transferência de meios financeiros, humanos e patrimoniais adequados ao exercício das competências descentralizadas;
- » Formulação de critérios justos de repartição das verbas afetas ao Fundo de Financiamento da Descentralização, que garantam o necessário rigor financeiro,

mas que, ao mesmo tempo, não agravem ainda mais as assimetrias territoriais entre os grandes centros urbanos e os territórios de baixa densidade;

- » Capacitar a DGAL com mais recursos humanos, conferindo-lhe maior capacidade de resposta estrutural, o que será essencial no acompanhamento da concretização desta reforma.

O **atual sistema político e eleitoral autárquico** diverge da lógica parlamentar nacional. As assembleias municipais encontram o seu papel deliberativo e de fiscalização reduzido, o que provoca uma grande desproporção de poder entre o órgão deliberativo e executivo, pouco saudável para qualidade da democracia. Importa reverter esta realidade, promovendo uma simplificação harmonizada do sistema eleitoral, para assegurar uma maior pluralidade na decisão política, uma maior representação política ao nível local e um escrutínio reforçado dos executivos.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Reforço considerável dos poderes de fiscalização das assembleias municipais;
- » Alargamento significativo do poder de iniciativa deliberativa das assembleias municipais;



- » Maior autonomia funcional e financeira das assembleias municipais em relação aos órgãos executivos;
- » Formação dos executivos decorrente das assembleias municipais, plasmando as maiorias nelas existentes.

# 11

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## AGIR NA EUROPA

A participação nacional nas eleições europeias tem vindo a decrescer desde 1999. O ponto mais baixo ocorreu nas últimas eleições em 2019, onde verificamos que apenas 30% dos cidadãos portugueses participaram. Estes números vêm demonstrar que estes estão afastados das instituições europeias. Este alheamento é provocado quer pela excessiva burocratização dos processos político-legislativos, quer pelo défice de auscultação dos eleitores. Importa melhorar a percepção que os europeus têm do seu sistema comum de organização através do aumento de competências da União e da sua comunicação.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » Promoção de uma **Comissão Europeia que assuma o papel de Governo Europeu**, proposto pelo Parlamento Europeu, respeitando os resultados eleitorais e sendo proveniente da maioria expressa pelos eurodeputados.

- » Aumento da **transparência e prestação de contas do eurogrupo**.

### **Para uma Europa + Social:**

A crescente evolução dos movimentos xenófobos e racistas no seio da União Europeia deve-nos preocupar enquanto democratas convictos e socialistas determinados em defender as instituições. Vários dados demonstram a evolução das desigualdades e dos direitos ao longo do tempo. Um dos que ilustra bem o progresso feito, ainda que insuficiente e demorado, é o da diferença salarial entre homens e mulheres na UE - em 2018 as mulheres europeias recebiam, em média, menos 14% do que os homens face à diferença de 17% em 2008. Um estudo recente demonstra que se seguirmos o ritmo atual apenas alcançaremos a igualdade de género em 2080. Não podemos esperar tanto tempo por uma realidade que deveria ser atual.



### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Efetivação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- » Promoção do sindicatos europeus organizados, aumentando a importância da concertação social do diálogo tripartido no panorama europeu;
- » Promoção da **Universalização dos sistemas nacionais de saúde**, e o seu reforço bem como parcerias inter países.
- » Criação do Salário Mínimo Europeu.

#### **Para uma Europa + Plural:**

Profundamente defensora da justiça, da paz e do multiculturalismo, a Juventude Socialista quer que a Europa seja um espaço de tolerância e liberdade. Acreditamos que urge termos uma nova política de migração e asilo no espaço europeu, uma vez que não podemos esquecer os milhares de migrantes que continuam a ser encontrados ao largo da Itália, da Grécia e dos que desembarcam em Portugal.

Devemos também encontrar resposta à questão dos refugiados, garantindo a sua dignidade, direito à vida e integração nas comunidades de destino. Uma Europa igual deve assegurar que independentemente da

raça, da cor da pele, da crença religiosa, da orientação sexual ou do género, todos os indivíduos terão o direito a ser tratados com igualdade. Queremos uma Europa igual no acesso ao mercado de trabalho. Por outras palavras, uma Europa de todos para todos.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Promoção de uma **Europa capaz de acolher os refugiados, assegurando o direito à vida e à dignidade, integrando-os, verdadeiramente, no seio das suas comunidades;**
- » Desburocratização do **reconhecimento dos títulos académicos obtidos no estrangeiro;**
- » **Recolha de informações sobre estudantes em programas de mobilidade internacional**, e contactar com Movimentos de Estudantes Socialistas de forma a facilitar estas comunicações e promover atividades conjuntas;
- » Discussão de uma Europa pós-brexit com a **continuação do mercado único europeu e abrangência do programa de mobilidade Erasmus+;**
- » Criação de um **programa específico**



para mobilidade de trabalhadores no orçamento plurianual do programa Erasmus+.

### Para uma Europa + Digital:

Reconhecer que a digitalização cria novos postos de trabalho, promove novas competências, desenvolve novos mercados e reforça a competitividade. A indústria 3.0 deixou de ser o estado da arte, e é importante alinhar esforços para a emergente indústria 4.0. Com o apoio da UE as empresas e as autoridades públicas deverão ter acesso a instalações de ensaio da inteligência artificial, o que contribuirá para generalizar a utilização da IA, bem como deverá ser dado financiamento para equipamento de ciberdefesa e cibersegurança, no âmbito da salvaguarda da privacidade de dados. Também a criação de um Imposto global para o Digital deve ser tido como prioridade, como método de financiar os Estados para o progresso social.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Criação do Imposto para o Digital, como forma de financiar os Estados para o progresso social através da inclusão digital de meios e literacia;
- » Proteção laboral na era do teletrabalho, com a privacidade dos dados, ética na utilização dos meios digitais, melhoria da qualidade de vida ao invés de aumento das horas de trabalho não remuneradas;
- » Incentivo à implementação de sistemas da Indústria 4.0 no setor empresarial Europeu (Redes de I.A., Cloud Computing, Big Data);
- » Reforço do financiamento para equipamento de ciberdefesa e cibersegurança dos estados membros.

### Para uma Europa + Verde

Ao longo dos últimos anos a União Europeia tem sido um dos principais polos de inovação no que toca a políticas públicas sustentáveis. Desde projetos piloto de incentivo à construção eficiente, pela via da regulamentação, aos programas relativos ao aumento de rentabilidade das energias solar e eólica, a Comissão Europeia e os Estados-membro têm desempenhado um papel fundamental num mundo que exige uma mudança de paradigma. Tendo isto em conta, é chegada a hora de alavancar a ambição no combate às alterações climáticas a partir do aumento do financiamento para estas matérias até 2050, nomeadamente nos quadros do European New Deal, a que os atos corresponda, integralmente, à vontade dos povos.



### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Debate e incentivo às políticas verdes da união, o **Green New Deal** enquanto projeto mais ambicioso na escala global;
- » **Dinamização dos contratos públicos ecológicos e legislação no sentido de premiar a construção de edifícios auto sustentáveis a nível energético;**
- » **Implementação do imposto pigouviano europeu em indústrias de origem animal altamente poluentes;**
- » **Expansão das regras de cuidados ambientais dos Estados Membros, quer na eliminação de gastos de plástico, quer ao nível da reciclagem.**
- » **Incentivo de uma agenda de energias verdes, assentes na transição para o hidrogénio sustentada pelas energias renováveis existentes, de forma a garantir a meta de neutralidade carbónica até 2050;**

### **Europa e Economia**

Com um mercado único de 27 países, e sendo o segundo maior exportador e importador de bens do mundo, apenas ultrapassado pela China nas exportações e pelos Estados Unidos nas importações (2017), a Europa assume um papel central na balança comercial internacional. Como jovens socialistas acreditamos que a Europa deve traçar um caminho em prol da defesa do setor agrícola, da criação de um fundo europeu de Recuperação Económica e criação de políticas comuns à industrialização. Todos os jovens europeus devem ter igual acesso a oportunidades de trabalho e direito a um salário condigno.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Defesa da revisão da Política Agrícola Comum e da Política Comum de Pescas visando a correcção de défices produtivos no plano agroalimentar;**
- » **Apoio da manutenção da atividade agrícola em zonas afetadas por alterações naturais, contrariando o abandono das terras e lutando pela preservação dos ecossistemas agrícolas e das espécies que lá encontram o seu habitat;**



- » Criação do **Fundo Europeu de Recuperação Económica**, sem contrapartidas, que possibilite aos países recuperarem as suas economias sem aumentar as suas dívidas;
- » **Extinção dos conceitos clássicos de PIB e crescimento de economia e substituí-los por índices de progresso social** (progresso em necessidade básicas, educação, liberdades individuais e outros standards), no que toca à avaliação da performance dos diferentes países bem como ao futuro das políticas económicas e sociais;
- » Criação de uma **política comum de industrialização da Europa**, de forma a evitar contrastes de produção e harmonizar o nível de vida no espaço europeu enquanto se exponencia a capacidade produtiva europeia;
- » Intervenção direta do BCE nas operações financeiras com estados membros;
- » **Criação de um fundo comum de apoio social ao desemprego**;
- » Ajuste do Orçamento Europeu (QFP) aos anos de mandato do PE para que reflita a vontade dos povos de forma transparente e mediante a decisão do próprio PE, combatendo a concorrência desleal,

e pugnando pelo fim dos paraísos fiscais dentro da UE.

## AGIR NO MUNDO

### Para respeitar os Direitos Humanos:

A Juventude Socialista assume-se acérrima defensora do cumprimento dos direitos humanos, plasmados em Direito Internacional, de uma pluralidade global, do alinhamento social e da democracia.

### NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:

- » Afirmação de Portugal nas Nações Unidas e apoio ao seu secretário-geral, através de um posicionamento diplomático que não tem medo de afirmar a sua matriz humanista, denunciando as violações de direitos fundamentais
- » **Manifestação de firme oposição à ocupação ilegal dos territórios do Estado da Palestina pelo Estado de Israel, e reconhecimento do estado da Palestina.**
- » Defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, respeitando a soberania dos Estados, sua integridade territorial, **e não ingerência nos assuntos internos**;

# VENCER O FUTURO



- » Democratização e transparência do Tribunal de Justiça Internacional;
- » Promoção do multilateralismo nas Relações Internacionais, repudiando as tomadas de decisão unilaterais que visam diminuir o diálogo e aumentar as tensões diplomáticas;
- » Repúdio das práticas terroristas e quaisquer outros atos de violência de qualquer tipo;
- » Demonstrações de solidariedade para com o povo arménio no contexto do genocídio, condenando a posição turca no conflito de Nagorno-Karabakh;
- » Respeito pela autodeterminação dos povos, reconhecendo da autodeterminação do povo Curdo e o Estado do Sarauí no Saara Ocidental;
- » Proteção dos direitos de propriedade ancestral das comunidades indígenas na América Latina e na Ásia-Pacífico;
- » Condenação dos conflitos bárbaros em Cabo Delgado, manifestando todo o apoio à República de Moçambique;
- » Condenação de toda a violência policial desde praticada nos Estados Unidos

nos protestos do black lives matter, à do governo da China em Hong Kong.

- » Luta por estados democráticos e repúdio por Estados autoritários, onde a força não reside na vontade popular e os interesses do povo não têm definido as políticas de cada país;

### **Que valorize o Espaço Lusófono**

Enquanto socialistas, promovemos a existência de uma comunidade lusófona livre e tolerante, que junta atinge os 267 Milhões de habitantes com a mesma língua. Acreditamos numa CPLP mais ampla, próxima dos jovens e da economia, capaz de cooperar ao nível do reforço de parcerias estratégicas envolvendo escolas e empresas.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Conclusão do acordo multilateral sobre livre circulação na CPLP, procurando a interculturalidade, a proteção da biodiversidade, e o aprofundamento da dimensão económica e política;
- » Priorização da criação de pontes de diálogo com as comunidades Africanas, sobre os princípios da igualdade e justiça.



- » Congregação de esforços junto do governo para estreitar a cooperação interparlamentar e articulação entre partidos parlamentares;
- » Valorização da CPLP no contexto da política externa portuguesa, afirmando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa como um dos eixos centrais da ação da nossa política externa, afirmando os laços de solidariedade, amizade e fraternidade entre os Estados-Membro, facilitando a mobilidade entre países, as trocas comerciais e o intercâmbio científico e académico.
- » Priorização da extensão da plataforma continental portuguesa, enquanto ponto vital do Atlântico;
- » Aproximação política e económica de Portugal aos EUA, no contexto da nova administração americana;
- » Dinamização da política de vizinhança no Atlântico Norte, reduzindo as mortes por afogamento no Mediterrâneo e combatendo o crime transatlântico.

### Com o Atlântico à Vista

No quadro de valores de política externa que defendemos, Portugal deve permanecer fiel à valorização do Atlântico. Pela sua geografia, a política externa portuguesa assenta num equilíbrio entre a terra e o mar, sendo que compensação vinda do mar atenua a pressão terrestre. O abrangente espaço marítimo assume relevância estratégica na NATO, América do Sul, Marrocos, Angola, e os arquipélagos dos Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, num espaço que se distingue pelo grande número de países democráticos.

**NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

### Desafios Internos e Externos da JS

Face ao alheamento passado, contraposto pelo envolvimento pontual de eventos de larga escala, afigura-se necessário o aumento da participação dos militantes da Juventude Socialista na produção e discussão de propositura política no campo das Relações Internacionais.

De igual modo, face à histórica forte presença da Juventude Socialista nas organizações europeia (YES) e internacional (IUSY), resulta imperativo regularizar e reforçar esta participação durante o mandato que se iniciará. O esforço da nossa estrutura para a propositura política internacional tem vindo a ser não apenas reconhecido, como integrado naquilo que é hoje o perfil e posição política destas estruturas face a variadas questões

VENCER O FUTURO



e problemáticas mundiais. Um dos desafios deste mandato deve ser, de igual modo, a projeção da Juventude Socialista na comunicação entre os seus pares a nível global - seja através da mainstream media seja pelo recurso às redes sociais - para que os militantes sintam que a sua voz faz a diferença.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » Aumento da participação nas organizações internacionais;
- » Dinamização das RI internamente através da criação de uma rede informal;
- » Criação de conteúdo para formação dos quadros da JS em matéria de RI;
- » Intensificação da relação bilateral entre a JS a JSE;

12



# ASSOCIATIVISMO & POLÍTICAS DE JUVENTUDE



O associativismo é para os jovens, não raras vezes, a primeira e mais intuitiva das formas clássicas de participação. O contacto que muitos jovens têm com associações juvenis ou com associações de estudantes constitui o primeiro marco de participação organizada e produtiva em prol da mudança da sociedade.

A Juventude Socialista jamais se poderá desinteressar deste setor e deverá potenciar ao máximo a participação dos jovens nos diferentes movimentos associativismo, máxime os movimentos associativos juvenil e estudantil. Desde logo, neste ponto, não devemos descurar o acompanhamento do trabalho das associações, sobretudo as de âmbito nacional, como são o caso do CNJ e da FNAJ.

Devemos trabalhar para que sempre que um dirigente associativo sinta necessidade de contactar agentes políticos e partidários este veja na Juventude Socialista o mais intuitivo e próximo dos contactos.

A aceção da importância do associativismo na vida cívica da nossa juventude deve ser acompanhada da consciência que o

associativismo vem perdendo peso no que toca ao número de Associações Juvenis inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis (RNAJ).

## **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO POR:**

- » **Aproximação da Juventude Socialista do setor de Juventude**, nomeadamente ao Movimento Associativo Nacional, ao Conselho Nacional de Juventude e à Federação Nacional das Associações Juvenis;
- » Criação de um mecanismo eficaz e eficiente de fiscalização da manutenção do estatuto de associação de carácter juvenil;
- » Revisão dos tempos das transferências dos apoios financeiro;
- » Validação pelo IPDJ das condições para ser associação juvenil apenas no ano de inscrição da associação no RNAJ ou no início de um novo mandato associativo, em detrimento da manutenção anual do RNAJ;

# VENCER O FUTURO



- » Dinamizar o Cartão Jovem e incentivar à existência de Cartões Jovens Municipais, através da aplicação de mais ofertas, designadamente na área cultural;
- » Potenciar o associativismo municipal, através da implementação do cartão jovem municipal, concedendo uma série de vantagens aos jovens munícipes no âmbito do turismo, desporto, ocupação de tempos livres, etc;
- » Implementação dos Conselhos Regionais da Juventude, levando a uma produção de conhecimento sobre as diferentes realidades próximas e levaria à criação de uma plataforma de pressão que poderia servir, de forma excepcionalmente importante, a juventude de uma dada região.

Tudo isto tem que ser alcançado enquanto nos mantemos fiéis aos compromissos assumidos nas diferentes convenções de juventude, nomeadamente a Declaração Lisboa+21, que resulta da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude organizada 21 anos depois da primeira das conferências deste tipo. Ambas as conferências foram realizadas em governos do Partido Socialista e com a sua atuação liderante na cena internacional. Devemos manter a vigilância para que os compromissos assumidos nessa sede não deixem de ser cumpridos.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO PUGNANDO PELA:**

- » Defesa de que a pasta da Juventude seja, na orgânica do Governo, autonomizada do Desporto e colocada sob a alçada da Presidência do Conselho de Ministros;
- » Reforço na qualificação de novos técnicos de Juventude;
- » Democratização e difusão de oportunidades de formação e participação cívica, contando com o importante papel da Agência Nacional Erasmus+.

13



# CULTURA



A Cultura deve ser entendida, no seio das políticas públicas, enquanto vetor transversal, mas também enquanto uma das pedras basilares de uma sociedade que se queira verdadeiramente democrática. A Constituição da República Portuguesa assume esta dimensão do sector quando afirma ser dever do estado promover a fruição universal da cultura a todos os cidadãos, quando a encara enquanto mecanismo de aprofundamento democrático e de um desenvolvimento sustentável.

## Património Cultural

Desde Logo, o Património Cultural deve assumir um lugar de destaque na sociedade. Podemos afirmar que este é construído socialmente, através de uma selecção consciente do passado, da história e da memória e que, por expressar valores de memória e identidade, ajuda o ser humano a enquadrar-se numa sociedade, a compreender melhor o seu passado, presente e até o futuro. É, portanto, a própria essência do ser humano e do colectivo social.

O património cultural fomenta uma solidariedade orgânica entre os indivíduos do tecido social, um quadro mental traduzido em sentimentos de pertença a uma mesma comunidade, constitui-se como identidade coletiva.

Neste sentido, não basta apenas a sua valorização através de documentos legais, como é a Lei-Quadro dos Museus ou a lei de 2001 que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, bem como todos os tratados internacionais para a salvaguarda e defesa patrimonial.

Na área do Património, observou-se ainda na década de 1990 uma grande preocupação com a inventariação dos bens patrimoniais, iniciando um percurso de maior valorização destes bens. No entanto, e apesar do muito que já foi feito, existem ainda muitos bens por classificar e inventariar.

Ainda no domínio patrimonial, Portugal prima por uma extensa diversidade do património edificado, móvel, mas também do património



imaterial. Devemos continuar o caminho de captação de turismo cultural, mas sem esquecer a defesa e promoção, ao nível interno, de uma maior sensibilização e valorização cultural, bem como ir ao encontro de um dos desígnios da Constituição da República Portuguesa - Facilitação e promoção do acesso à cultura.

### **NESSE SENTIDO, VAMOS VENCER O FUTURO, PUGNANDO PELO/A:**

- » **Reforço de verbas para a valorização e conservação da Cultura**, a necessidade de mais contratação pública para o sector, uma maior valorização de jovens formados nas áreas das História, da Arqueologia, da História da Arte, da Museologia, do Património, da Conservação e Restauro, de modo através de novos concursos públicos;
- » Afirmação da necessidade de novas campanhas de inventariação dos bens nacionais.
- » Defesa de mais e melhores programas culturais associados aos nossos equipamentos para aumentar as receitas derivadas do Turismo Cultural;
- » Gratuidade em equipamentos culturais para jovens, até aos 30 anos.

### **Uma Cultura de criação**

A cultura não é apenas uma herança que nos foi legada pelo passado e construída através da nossa história e memória. A cultura é também a capacidade que o presente tem em criar, em construir. E se, por um lado, defendemos o cumprimento da Constituição da República Portuguesa no que concerne ao acesso da herança que outros nos legaram, temos também de a fazer ao afirmamos o direito à criação artística e à fruição daquilo que os nossos contemporâneos concebem.

Assim são tão importantes medidas como a que o governo tomou de compra a artistas contemporâneos de obras de arte com o fito de aumentarem a colecção de arte do Estado e de promoverem a criação, mas também de possibilitar que todos os artistas, todos os técnicos, todos os trabalhadores da cultura, na sua imensa diversidade, têm condições para trabalhar e produzir algo que é um bem e um direito de todos.

Acreditamos que deve ser missão do Estado a promoção de uma sensibilidade cultural, devendo esta nascer no seio escolar, devendo existir uma aposta clara na formação artística transversal a todas as áreas da cultura, promovendo, também dessa forma, a formação de públicos.



Importa permitir que não apenas se facilite a deslocação aos trabalhadores da cultura, como, também, permitir que estes levem a cultura a localidades mais assimétricas. Isto porque acreditamos ser dever do Estado a promoção cultural - como aliás é plasmado na Constituição da República Portuguesa - através da criação de equipamentos culturais e da facilitação quer no acesso à cultura, quer na criação cultural.

Somos socialistas, democratas, para nós a cultura não é uma despesa, a cultura é investimento. Investimento no presente que nos projecta enquanto sociedade para o futuro.

### **VAMOS VENCER O FUTURO ATRAVÉS DE:**

- » Avaliação da recuperação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) e o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), revertendo a sua fusão em 2012 na Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC);
- » Promoção de estágios para jovens recém formados na área da Museologia e Património, com possibilidades de integração nos quadros da Função Pública;
- » Reforço das competências e dos meios das Direcções Regionais de Cultura, permitindo um conjunto de novas realidade, como por exemplo, a integração de técnicos de Museologia/Património nos seus quadros;
- » Garantia que as DRC têm no mínimo um arqueólogo por cada dois concelhos à sua tutela, garantido capacidade fiscalizadora;
- » Garantia do mínimo de um arqueólogo e museólogo por Câmara Municipal;
- » Aposta numa maior divulgação nas escolas secundárias relativamente aos cursos de ensino superior na área das artes performativas que existem em Portugal - e as suas respectivas saídas profissionais;
- » Dotação das estruturas existentes de fiscalização de formação e financiamento necessário para o controlo sobre o abuso na utilização de produções culturais e artísticas, ao abrigo da propriedade intelectual, reforçando o setor cultural e criativo.
- » Melhoraria na divulgação dos eventos culturais e artísticos por concelhos e a nível nacional;
- » Valorização da formação e produção artística de cada região através da criação de mais espaços de ensino e mais



oportunidades de emprego nos seus concelhos;

- » Criação diversos fóruns artísticos como espaços de discussão e promoção artística/cultural;
- » Criação de uma integrada de residências artísticas por todo o país;
- » Estabelecimento da gratuidade de todas as visitas de museus e equipamentos culturais em contexto de “Visita Escolar de Estudo”.
- » Criação de um regime especial para agentes do setor cultural no concurso nacional de acesso ao ensino superior, como se verifica atualmente para os atletas de alta competição;
- » Transporte da cultura para a era digital, com promoção de galerias virtuais, visitas virtuais, espaços digitais 360º, a criação de um Património Cultural Digital nacional e, numa fase posterior, autárquico;
- » Criação o Prémio Nacional Jovem Artista, para artistas jovens em início de percurso, em diferentes áreas;
- » Criação o Fundo de Capital Cultural, uma linha de financiamento de projetos que visem aumentar a receita dos espaços

artísticos e culturais, procurando melhor a viabilidade económica a longo prazo;

- » Assegurar que aos processos de candidatura a financiamento da DGArtes é garantida uma maior dotação orçamental e que são realizados de forma simples e agilizada;
- » Defesa de um desconto para jovens, até aos 30 anos, em espetáculos culturais.

14



# VALORIZAR O DESPORTO



O Desporto não é só uma realidade distante com a qual temos contacto através de grandes eventos desportivos. Pelo contrário, para a Juventude Socialista o Desporto é uma dimensão fundamental para o equilíbrio de uma vida saudável.

Para a Juventude Socialista é, aliás, fundamental criarmos condições para a promoção e democratização da prática desportiva. Esta abertura permitiria, inclusive, combater uma realidade dramática de sedentarismo que acarreta um conjunto muito vasto e diversificado de complicações para a Saúde Pública.

Além disso, a Juventude Socialista reconhece que, para além da dimensão lúdica e instrumental face à promoção de um estilo de vida saudável, o Desporto acarreta, intrinsecamente, uma dimensão de competição.

Esta dimensão deve, para a Juventude Socialista, ser assegurada no sentido de defender o estabelecimento de condições para que a prática de desporto aos mais altos níveis não coloque em causa as outras dimensões da vida de um jovem atleta. Com esse

objetivo conseguiremos assegurar um duplo objetivo: condições para os atletas singrarem na vida desportiva e na vida profissional ou académica.

Este incentivo deve, também, ser acompanhado de uma reflexão sobre a forma como enquadrámos o regime dos nossos atletas de alta competição, expandindo as fronteiras de segurança garantida a estes atletas para lá do horizonte da sua carreira desportiva, a fim de garantir que têm como única preocupação o seu regime de treinos para potenciar o seu desempenho em competição.

# VENCER O FUTURO

# TEMPO DE AGIR!

PROGRAMA POLÍTICO  
TEMPO DE AGIR | VENCER O FUTURO

[WWW.TEMPODEAGIR.PT](http://WWW.TEMPODEAGIR.PT)

VENCER O  
FUTURO



JUVENTUDE  
SOCIALISTA